

A Teoria das Elites e sua Genealogia Consagrada*

Mario Grynszpan

Um dos temas mais consagrados das Ciências Sociais é, sem dúvida, a teoria das elites. Sobre ela foi produzida uma enorme quantidade de textos, envolvendo um sem-número de autores das mais variadas origens e filiações em uma discussão que se estende do século XIX até, pelo menos, a década de 1980, quando sua incidência diminui.

Dos efeitos da constituição de um domínio do conhecimento altamente investido, um que pesa com maior força — e sobre os neófitos em particular —, é a exigência de uma demonstração de familiaridade com toda a sua linhagem de constituidores, como condição de reconhecimento. Dependendo, porém, da extensão dessa linhagem, corre-se o risco de deixar de fora algum autor, algum texto considerado fundamental por um ou por outro. No caso específico da teoria das elites, todavia, esse perigo é relativamente reduzido pelo consenso que, de certo modo, se estabeleceu em torno de quais seriam seus autores e textos-chave, mesmo sendo eles bastante numerosos.

O que se percebe nas referências à genealogia consagrada de autores da teoria das elites, de modo recorrente, é uma evocação quase que ritual às origens, mesmo que nem sempre se trate de louvá-las, e sim de esconjurá-las. Mais precisamente, reconhece-se em três pensadores do final do século XIX e início do XX, os italianos Gaetano Mosca e Vilfredo

Pareto, e o alemão Robert Michels, os pais fundadores da teoria (cf., por exemplo, Albertoni, 1989, pp. ix-xxiv; 1990, pp. 17-28; Bobbio, 1991, pp. 385-6; Bottomore, 1965, p. 8; Coser, 1971, p. 411; Giddens, 1975, p. 144; Kolegar, 1967, p. 354; Meisel, 1962, pp. 3-5; 1965, p. 2; Parry, 1969, p. 15; Sartori, 1965, pp. 56-8).¹ Na verdade, essa referência obrigatória a Mosca, Pareto e Michels, é importante destacar, pode se dar mesmo quando o trabalho se inscreve em um campo disciplinar como o da Antropologia, em cujo panteão, tradicionalmente, nenhum dos três autores se perfila.

Assim, Edmund Leach e S. N. Mukherjee, em sua introdução a *Elites in South Asia*, referem-se inicialmente a Mosca e Pareto, a cujas formulações, na história do pensamento sociológico, “the concept of ‘elites’ has been closely bound up” (Leach e Mukherjee, 1970, p. ix). Do mesmo modo, a coletânea *Elites: Ethnographic Issues* é aberta por um capítulo em que seu organizador, George E. Marcus, discute a teoria e o conceito de elite.² Sua referência inicial, de forma semelhante à de Leach e Mukherjee, é a reflexão de Pareto e a de Mosca:

“Although many historical and philosophical accounts have unself-consciously assumed the determinative social role of elites, the body of theory most explicitly linked to the elite concept

* Este trabalho se limita à produção bibliográfica estrangeira sobre a teoria das elites. A forma como esta teoria foi lida, incorporada e discutida no Brasil, portanto, não será objeto de atenção. Agradeço os comentários de Afrânio Garcia Jr., Lygia Sigaud, Mariza Peirano, José Murilo de Carvalho, Moacir Palmeira, José Sergio Leite Lopes e Federico Neiburg.

was independently developed by the Italian scholars Vilfredo Pareto and Gaetano Mosca during the late nineteenth and early twentieth centuries" (Marcus, 1983, p. 13).

Além de tema autorizado, portanto, a teoria das elites dispõe de uma longa e consagrada genealogia de formuladores, referências obrigatórias, que tem em Mosca, Pareto e Michels seu ponto de partida indisputado.³ Se essa genealogia é construída, e assim também imposta, pelo trabalho dos autores, ela o é, igualmente, pelo trabalho de inúmeros comentaristas. De fato, ao se constituir como um dos pontos privilegiados das Ciências Sociais, a teoria das elites afirmou-se, por isso mesmo, como um tema também bastante mediatizado, chegando-se a dispensar, por vezes, o recurso aos textos dos próprios autores.

As Origens: Mosca, Pareto e Michels

Ainda que, dos pais fundadores, tenha sido Mosca o primeiro a ter suas análises publicadas, é a Pareto que, em geral, se atribui a afirmação sociológica do termo elite (cf. Albertoni, 1990, pp. 18 e 148; Bobbio, 1991, p. 385; Bottomore, 1965, p. 8; Coser, 1971, pp. 411-2; Finer, 1966, pp. 85-7; Hughes, 1958, pp. 257-9; 1965, p. 141; Kolegar, 1967, p. 354; Meisel, 1962, pp. 9 e 14; Sartori, 1965, p. 126; Sereno, 1962, p. 40). Para ele, no *Traité de Sociologie Générale*, cuja primeira edição italiana é de 1916,⁴ haveria em todas as esferas, em todas as áreas de ação humana, indivíduos que se destacam dos demais por seus dons, por suas qualidades superiores. Eles compõem uma minoria distinta do restante da população — uma elite (Pareto, 1933, pp. 1296-7).

Seria possível, dessa forma, falar de uma elite de guerreiros, de uma elite religiosa, de uma elite econômica, de uma elite de ladrões e assim por diante. O termo, como se vê, tem um sentido classificatório, e não simplesmente valorativo, designando uma aristocracia, isto é, os melhores de cada atividade, quer seja

ela socialmente sancionada ou não (*idem*, p. 1297).

As aristocracias não são eternas. Na verdade, a história, na formulação consagrada de Pareto, seria um cemitério de aristocracias. Da mesma forma que as células humanas mortas, elas seriam substituídas por outras, em um processo contínuo que o autor chama de circulação das elites. Assim como é o fluxo sanguíneo que mantém vivo o organismo humano, portanto, é a circulação das elites que asseguraria o equilíbrio e a longevidade do corpo social (*idem*, pp. 1304-5).⁵

Quando a circulação cessa, ou se torna demasiado lenta, o que se observa é uma degeneração da elite. Ela passa a concentrar elementos de qualidade inferior, ao mesmo tempo que, abaixo dela, nas camadas inferiores, ocorre um acúmulo de indivíduos de traço superior. Conformam-se, assim, um quadro sério de perturbação e crise, propício à derrubada violenta da elite governante, à sua substituição por via de uma revolução (*idem*, pp. 1304-5).

De fato, haveria em todas as sociedades, ao longo do tempo, uma luta constante entre a elite no poder e os grupos dele excluídos. Não se trata, porém, de uma luta de classes, como acreditavam os marxistas, e sim de uma luta de elites. Trata-se de uma luta que não cessaria nunca, mesmo que fossem extintas as classes sociais, dado que ainda assim se assistiria à formação de elites.

Isso significa dizer que uma revolução socialista, na visão de Pareto, nada mais seria do que a substituição de uma elite burguesa capitalista por outra socialista. Longe, portanto, de ser igualitária, conforme se propalava, a sociedade socialista, como todas as demais, seria também dominada por uma elite.

Não poderia, desse modo, haver um governo das massas, um governo em que fosse soberana a vontade popular. Todo governo seria de uma minoria e nem mesmo a imposição do sufrágio universal seria capaz de alterar esse quadro. A tese democrática, por conseguinte, não teria base real.

Ainda assim, na acepção do autor, ela

poderia operar como um importante elemento propulsor. Agindo como um credo, evocando sentimentos, insuflando esperança, principalmente nos indivíduos das classes baixas que necessitavam suportar as agruras do dia-a-dia, ela poderia levá-los à mobilização, impulsioná-los à ação. Por isso mesmo, a retórica democrática se constituía em um valioso instrumento, em uma poderosa arma para os grupos que buscavam alcançar o poder mas que, para tanto, precisavam do apoio das massas. E mais, uma vez galgado o poder, os ideais democráticos poderiam se afirmar como um elemento fundamental para a legitimação da nova minoria (*idem*, pp. 802 e 1403).⁶

Mosca seguia por uma linha próxima em *The Ruling Class*, tradução americana da edição de 1923 — a segunda — de um de seus principais trabalhos, os *Elementi di Scienza Politica*. Para ele, um dos aspectos mais óbvios de todos os organismos políticos, era o de que havia sempre duas classes de pessoas, uma mais e a outra menos numerosa, sendo a primeira dirigida e a segunda dirigente. O que distinguia a minoria da maioria, conferindo-lhe o poder de dirigir, era, inicialmente, a organização. Organizada, coordenada, ela se impunha a uma maioria atomizada, desarticulada. Além disso, a minoria também se destacava por possuir algum atributo, alguma qualidade altamente valorizada em termos sociais, como a força física, o contato direto com divindades, o saber, a riqueza e assim por diante (Mosca, s/d, pp. 51-3).

Articulado a esses dois, outro importante elemento de acesso à classe dirigente era a hereditariedade. Nos sistemas de castas, por exemplo, o critério de acesso era unicamente o do nascimento. Haveria que se notar, contudo, que todas as classes dirigentes, mesmo as ditas democráticas, tendiam a tornar-se hereditárias e isto porque a própria proximidade e a familiaridade com suas funções conferiam a seus descendentes maior competência, maior aptidão para exercê-las (*idem*, pp. 61-2).

A questão da hereditariedade conduz a uma outra, igualmente fundamental, que é a

da estabilidade e permanência da classe dirigente. Para dela dar conta, Mosca forjou a noção de fórmula política, que seria o próprio princípio de legitimidade do poder. Nenhuma classe dirigente se sustentava somente na base da força. Ela deveria escorar-se em algum princípio, quer fosse ele religioso, legal ou moral (*idem*, pp. 70-1).

É assim que se deveria entender, por exemplo, a idéia de soberania popular, que informava as democracias e que se materializava no sufrágio universal. Por seu intermédio, a minoria eleita governava, legitimando-se e mantendo-se no poder. Era preciso ver, dizia Mosca, que o fato de participar de eleições, por mais amplas que fossem as franquias, não significava, efetivamente, que o povo dirigia seu governo, ou mesmo que escolhia seus governantes. Significava, tão-somente, que algumas forças políticas podiam, em condições favoráveis, controlar e limitar a atividade de outras (*idem*, p. 98). Não era o eleitor que, livremente, escolhia o seu representante. Ele optava sempre a partir de um conjunto, que lhe era dado, de candidatos promovidos por grupos, por comitês, por minorias organizadas. Desse modo, o representante é que se impunha. É certo porém que, em um quadro concorrencial, tendo de arrebatar votos, os candidatos eram obrigados a um esforço para obter a boa vontade dos eleitores, incorporando, assim, seus interesses e reivindicações (*idem*, pp. 154-5).

Mesmo que a democracia, entendida enquanto igualdade entre os homens, soberania popular, governo da maioria, não pudesse se operar na prática, Mosca identificava na tendência democrática uma das formas de renovação da classe dirigente. Através dela se conformava uma classe dirigente aberta a elementos vindos de baixo. Na avaliação do autor, a tendência democrática era essencial para o progresso das sociedades, impedindo a sua ossificação, prevenindo a classe dirigente da exaustão mediante a constante admissão de novos componentes. O seu contrário era a tendência aristocrática, em que apenas um

grupo fechado controlava o acesso a cargos e à administração do Estado (*idem*, pp. 402-17).

A tendência aristocrática podia ser percebida, por exemplo, no sistema socialista. Ali o governo e a economia eram delegados às mesmas pessoas que, dessa forma, acumulavam um enorme poder, tornando-se imunes a qualquer tipo de controle. Assim, por detrás de uma retórica igualitária, democrática, o que se assistia era à constituição de uma oligarquia mais poderosa e totalitária que jamais se havia tido notícia (*idem*, p. 143). Esse risco devia, sem dúvida, ser evitado.

Michels também elegeu a democracia como seu principal objeto de preocupação em *Sociologia dos Partidos Políticos*, livro cuja primeira edição data de 1911. O nome do sociólogo alemão tem sido diretamente associado ao que chamou de lei de ferro da oligarquia, à qual deu a seguinte formulação:

“[...] a organização é a fonte de onde nasce a dominação dos eleitos sobre os eleitores, dos mandatários sobre os mandantes, dos delegados sobre os que delegam. Quem diz organização diz oligarquia” (Michels, 1982, p. 238).

Michels chegou a essa constatação a partir do estudo de algumas das grandes agremiações de esquerda européias, principalmente a social-democracia alemã no início do século XX. Sua questão inicial era a de como a democracia podia ser exercida no interior dos partidos políticos, visto que neles se operava, inevitavelmente, uma concentração de poderes, uma cristalização de líderes, uma oligarquização. Para respondê-la ele investigou, justamente, os partidos que se apresentavam como os grandes guardiães, como expressões mais acabadas da democracia (*idem*, pp. 3-5).

O autor segue um esquema lógico-evolutivo, partindo da necessidade de organizações. Não se concebia democracia, diz ele, sem organização. Ela era fundamental para qualquer classe que buscava alcançar suas metas e se afirmar socialmente. E isso se mostrava tão mais verdadeiro quanto mais fraca e dominada era a classe, como era exemplo o operariado (*idem*, pp. 15-6).

O ideal participativo da democracia, a

idéia de governo direto das massas, que decidiam livremente em assembléias, havia se tornado técnica e mecanicamente inviável, diante do crescimento e da complexificação das sociedades. Michels justificava a sua avaliação a partir do que chamava de patologia das massas. Anulando as individualidades, as responsabilidades e o poder de raciocínio, as multidões eram facilmente influenciáveis por oradores competentes, e as assembléias, por isso mesmo, eram pouco propícias a discussões sérias e decisões refletidas (*idem*, pp. 17-8).

Sendo incompetentes para, por si mesmas, tomar decisões importantes, as massas necessitavam de chefes, de líderes a quem delegar tais funções, o que se refletia na sua apatia, no seu desinteresse pelas questões políticas. Elas, além disso, tendiam a adorar celebridades que se apresentavam, que diziam falar em seu nome (*idem*, pp. 33-9).

Ao lado dessa incompetência, era preciso perceber que o volume e a dispersão das massas, dada a própria expansão demográfica, tornavam sua reunião em assembléias tecnicamente inviável. Diante disso, Michels concluiu que a representação de interesses, através de organizações e delegados, se tornava uma tendência inexorável. Prevaleceria aqui, no entanto, em um contexto democrático, o princípio da igualdade genérica entre chefes e massa (*idem*, p. 18). Este princípio, contudo, se válido na origem, iria sendo aos poucos minado pela própria divisão do trabalho político. A crescente complexificação das tarefas dos delegados, a necessidade de decisões específicas e urgentes — sem possibilidade, portanto, de consulta às bases —, exigia deles habilidades e competências específicas, para cuja conformação passaram a ser criadas escolas. Introduzia-se aqui, desse modo, um elemento de diferenciação entre delegados e massa, tornando-os, em certa medida, autônomos, independentes do controle desta (*idem*, pp. 19-20).

O crescimento da organização e, conseqüentemente, do peso das atribuições dos delegados, só fazia aprofundar essa diferenciação, exigindo não apenas que se ampliasse o

seu quadro de funcionários, mas, igualmente, que a sua dedicação caminhasse no sentido do tempo integral. Delegados e funcionários tornar-se-iam, assim, profissionais da organização, passando a depender dela para a sua sobrevivência. Mais do que isso, a própria sobrevivência da organização passaria a depender deles (*idem*, pp. 22-3).

Com isso, observa Michels,

“[...] o direito de controle reconhecido à massa torna-se cada vez mais ilusório. Os partidários devem renunciar a dirigir ou mesmo a supervisionar todos os assuntos administrativos. Vêm-se obrigados a confiar esta tarefa a certas pessoas, especialmente nomeadas para tal fim, a funcionários pagos pela organização. A massa é reduzida a contentar-se com prestações de contas sumariíssimas ou a recorrer a comissões de controle” (*idem*, p. 22).

Apartados de suas atividades originais, os delegados passavam, assim, a ver como indispensáveis seus ganhos na organização.⁷ A continuidade desta, por seu turno, passava também a ficar diretamente vinculada à presença daqueles que, de fato, conheciam seus meandros, controlavam seu funcionamento. Uma vez eleitos, por conseguinte, os delegados passavam a permanecer em seus cargos por longuíssimos períodos, o que viviam mesmo como um verdadeiro direito moral conquistado (*idem*, p. 27). Percebendo suas posições como um direito, os chefes tendiam, por extensão, a interceder em sua sucessão, reservando-as a seus herdeiros. Nesse sentido, o que se notava era a prevalência de práticas como a do nepotismo, do favorecimento e da cooptação, e não a do mérito, da concorrência, da eleição (*idem*, pp. 66-7).

O resultado de tudo isso, dessa simbiose entre delegados e organização, era uma inversão no próprio sentido desta. Fugindo ao controle da massa, ela passava a ser direcionada não para os seus interesses, mas sim para os dos chefes, ou melhor, para os interesses que estes sustentavam ser os da massa. Os delegados, os representantes, deixavam de ser servidores do povo para se tornarem, na expressão do sociólogo, seus patrões (*idem*, p. 93).⁸

É certo, contudo, que as posições de chefia não eram indisputadas. Havia sempre novos indivíduos almejando-as, o que significava a ocorrência de lutas pela chefia. Isso forçava, de algum modo, antigos chefes a se mostrarem sintonizados com os sentimentos da massa, declarando serem seu instrumento, submetendo-se, aparentemente, às suas vontades. Os novos aspirantes, entretanto, buscariam derrubá-los, justamente, denunciando sua tirania, defendendo os direitos violados da massa anônima, direitos que, sem dúvida, também violariam uma vez alcançado o poder. Os “revolucionários de hoje”, conclui Michels com ceticismo, “são os reacionários de amanhã” (*idem*, pp. 93 e 103).

Tais afirmações, esclarecia o autor, não tinham o sentido de julgamento ou de aprovação, mas tão-somente o de demonstrar que a democracia, tal como propalada, era impraticável. Suas formulações eram fruto da constatação de um processo natural necessário, decorrente da própria democracia, e que não se limitava apenas ao âmbito dos partidos, podendo ser percebido na sociedade como um todo. Seu objetivo era

“[...] demonstrar com evidência que a sociedade não pode subsistir sem uma classe ‘dominante’, que esta é a condição necessária para aquela e que a classe dirigente, embora sujeita na sua composição a uma freqüente renovação partidária, não deixa de constituir o único fator onde a ação se manifesta suficientemente durável na história do desenvolvimento humano.

De acordo com essa concepção o governo ou, se preferimos, o Estado, não saberia ser outra coisa a não ser a organização de uma minoria. E essa minoria impõe ao resto da sociedade a ‘ordem jurídica’, a qual aparece como uma justificação, uma legalização da exploração à qual ela submete a massa dos hilotas, em vez de ser a emancipação da representação da maioria” (*idem*, p. 234).

O Estado socialista não fugia a essa regra, ainda que se quisesse a forma mais perfeita de igualitarismo. Ele era um Estado dos socialistas, e não das grandes massas, do proletariado. “A vitória do socialismo”, vaticinava Michels, “não será a do socialismo, que

perecerá no mesmo momento em que triunfarem seus partidários” (*idem*, p. 235).⁹

Elitismo e Cidadania Política

Ainda que possam se distanciar em aspectos fundamentais de suas análises, há, como vimos, questões e problemáticas centrais, e interligadas, que são comuns aos três autores e bastante características do contexto político, social e intelectual da virada do século XIX. Trata-se, basicamente, da igualdade, da democracia, da soberania popular, da representação política, do sufrágio universal e também do socialismo.

Articuladas entre si, essas questões foram impostas à agenda política em um mundo em intensa transformação e movimento, um mundo em que se desagregava uma antiga ordem, em que se rompiam laços tradicionais de dominação, em que se conformavam novos atores e em que antigos eram deslocados, um mundo, enfim, marcado por enfrentamentos abertos, diretos, por revoluções e por guerras.¹⁰ A própria imposição daquelas questões se deu, de fato, como parte mesma dos enfrentamentos. Elas se afirmaram como palavras de ordem dos que combatiam o *Ancien Régime* — procurando deslegitimá-lo, desnaturalizá-lo, caracterizando como arbitrária e injusta a ordem tradicional calcada na desigualdade entre os homens —, daqueles, em parte, que buscavam se impor politicamente mediante a introdução de um novo ator, as massas, das quais se diziam autênticos representantes e intérpretes.

Tratava-se de um momento de afirmação da democracia, de extensão da participação e da cidadania política, de alargamento tendencial dos limites da *pólis* no sentido do *demos*, de maneira global. A discussão sobre a adoção do sufrágio universal impunha-se como central, e vários países passaram a promover uma ampliação substancial das franquias políticas (Hobsbawm, 1977a, p. 121; 1988, p. 127).

Tudo isso, é claro, levava políticos e partidos a aderirem às novas regras do jogo, lançando-se em uma luta concorrencial pelo voto. Esse processo, por sua vez, correspondia

à imposição de uma nova legitimidade política, calcada no voto, que, em contrapartida, obrigava parte dos mais reticentes a declararem publicamente sua fidelidade à democracia, contribuindo assim para a sua consolidação (Hobsbawm, 1988, pp. 129-31).¹¹

Como lembra, porém, o historiador Arno Mayer, é preciso reconhecer que todas essas mudanças estavam em operação, e que seu ritmo não foi tão acelerado quanto se julgou até aqui, com base nos discursos de seus defensores, tomados que foram como retratos dos processos reais. Mayer procura demonstrar em seu livro, *A Força da Tradição*, que a antiga ordem era dotada de um enorme fôlego, persistindo, grosso modo, até a Primeira Guerra Mundial (Mayer, 1987, pp. 14-5). Na verdade, observa o autor, as idéias e os valores tradicionais eram bastante fortes na maior parte da Europa, inclusive entre a própria burguesia em ascensão, que adotava práticas e posturas da aristocracia.¹² Mais do que isso, havia mesmo vínculos evidentes entre setores da burguesia e da aristocracia do *Ancien Régime*, a quem os primeiros recorriam não apenas no que tocava a questões de tarifas, contratos e cargos públicos, mas, igualmente, de proteção interna, contra agitações de trabalhadores e nacionalidades subordinadas, e externa, contra potências rivais (*idem*, p. 270).

Este último ponto nos remete a um outro elemento fundamental, que pesava de forma decisiva nos cálculos dos setores dominantes, determinando a resistência, ao menos de parte deles, em relação à democracia. Tratava-se da afirmação do movimento operário e da força que o socialismo vinha alcançando em alguns países, o que era vivido como decorrência da democracia, atribuindo a ela, não em si, mas pelo que poderia resultar, um caráter de ameaça.

O resultado disso foi um certo reforço da antiga ordem, associado à adoção de um liberalismo excludente, à repressão aos movimentos de massa e ao isolamento dos setores mais radicais, jacobinos e socialistas. Procurava-se salvaguardar a ordem, como aponta Hobsbawm, aliando a repressão e o endurecimento à promoção de algumas reformas, à

implementação de políticas burguesas e à adoção de instituições liberais, aceitando a ampliação da participação, mas dentro de determinados limites, restringindo-a, por exemplo, através de critérios sexuais ou da exigência de qualificações educacionais ou de propriedade (Hobsbawm, 1977, p. 129; 1988, esp. caps. 4 e 5).¹³

Em termos intelectuais, afirmava-se — em lugar de um quadro de otimismo impulsionado pelo progresso, de crença na razão, característicos do Iluminismo — um clima de ceticismo, um sentimento de decadência e incerteza. Segundo Mayer, para parcela significativa da *intelligentsia* europeia, a mobilização e o apelo democrático, nos níveis em que vinham se dando, entrariam fatalmente em choque com a cultura humanística prevalente, o que resultaria em um período de trevas (Mayer, 1987, p. 271).¹⁴ Darwin e Nietzsche teriam se constituído, naquele momento, em fonte intelectual para a investida ideológica, “mal-intencionada e belicosa”, contra o “progresso, o liberalismo e a democracia” (*idem*, p. 285).¹⁵

Dessa mesma raiz, na análise de Mayer, é que teria brotado o elitismo. Juntamente com o darwinismo social, ele teria desafiado e criticado

[...] o iluminismo do século XIX, e mais particularmente as pressões pela democratização social e política. O termo ‘elite’, carregado de valores, só se definiu como tal de forma plena no final do século XIX, e recebeu sua mais ampla e corrente aceitação em sociedades dominadas pelo elemento feudal. Mas, por toda a Europa, as teorias da elite espelhavam e racionalizavam práticas predominantes correntes [*sic*], ao mesmo tempo em que serviam como arma na batalha contra o nivelamento político, social e cultural” (*idem*, p. 276).

Os autores elitistas, portanto, segundo a avaliação do historiador, estavam na contracorrente da democracia e dos movimentos sociais, negando-os através da crítica à idéia de igualdade. Para eles, a democracia, tal como proposta, e por extensão o próprio socialismo, que levava ao paroxismo a noção de

igualdade, não apenas eram uma metafísica, uma abstração sem base real, como também operavam como uma forma de legitimar o poder, este sim real, de uma minoria. Eles apresentavam-se, por conseguinte, como pensadores realistas, demolidores de mitos.¹⁶

Mosca, Pareto e Michels, assim, teriam contribuído, mediante suas investigações, para a manutenção do que Mayer chama de elites pré-industriais. Eles o teriam feito, “desdenhosos e temerosos da participação e do controle populares”, limitando sua atenção ao recrutamento e à renovação das classes governantes (*idem*, p. 286).

Próxima a esta é a análise do cientista social Albert O. Hirschman, em *A Retórica da Intransigência*.¹⁷ Ele inicia seu argumento, apropriando-se da tese do sociólogo T. H. Marshall, segundo a qual a cidadania, no Ocidente, se afirmou a partir de três dimensões, distintas e consecutivas: a civil, no século XVIII, expressa pela igualdade perante a lei e pelos direitos do homem; a política, no século XIX, caracterizada pela ampliação do direito de voto no sentido do sufrágio universal; e, finalmente, a social e econômica, já no século XX, associada ao *Welfare State*.

Para Hirschman, cada uma dessas dimensões desencadeou formas de resistência específicas, ou ondas reacionárias, apoiadas em três teses básicas. A primeira, a da perversidade, sustentava que qualquer ação adotada no sentido da melhoria de aspectos econômicos, sociais ou políticos terminaria, de algum modo, produzindo o efeito inverso, piorando aquilo que se desejava remediar. A segunda, a da futilidade, partia da idéia de que as ações propostas, fatalmente, resultariam infrutíferas. Quanto à terceira, sua avaliação era de que as ações, ainda que pudessem ter alguma eficácia, teriam um custo muito elevado, pondo em sério risco valiosas realizações anteriores. Não era fortuito, portanto, o fato de ela ser denominada tese da ameaça (Hirschman, 1992, pp. 11-6).

No caso da extensão do voto, na Europa do século XIX, a oposição foi particularmente forte. Tratava-se, afinal, segundo Hirschman,

de uma sociedade — como Hobsbawm e Mayer também apontam — fortemente hierarquizada, na qual os grupos inferiores eram vistos com profundo desprezo, tanto pelas camadas altas quanto pelas médias. A proposta de incorporação das massas à política, por conseguinte, soava como altamente perigosa e mesmo aberrante (*idem*, pp. 25-6).

Todo esse ceticismo e hostilidade em relação ao avanço da democracia, prossegue o autor, encontrariam respaldo, já no final do século, nas teorias científicas, médicas e psicológicas, que atribuíam às forças irracionais um grande peso no comportamento humano. Munidas desse poderoso argumento, tais teorias ameaçavam jogar por terra a cidadela liberal iluminista, expondo a fragilidade de um de seus principais pilares — a crença na racionalidade —, bem como de toda uma cadeia de idéias a ela associadas, entre as quais a do sufrágio universal. Demonstrada, afinal, a carência de fundamento científico de tais idéias, a sua própria defesa perdia sentido (*idem*, p. 27).

Um dos autores de época que, na opinião de Hirschman, melhor expressaram essa reação negativa aos avanços do direito de voto e da democracia, enquadrando-se na tese da perversidade, foi o psicólogo francês Gustave Le Bon (*idem*, pp. 27-9).¹⁸ A exemplo de outros pensadores, ele teria sido

[...] atraído irresistivelmente para a ridicularização dos que pretendem mudar o mundo para melhor. E não basta mostrar que esses ingênuos *Weltverbesserer* se dão mal: é preciso provar que na verdade eles são, se me for permitido cunhar o termo alemão correspondente, *Weltverschlechterer* (pioradores do mundo), que deixam o mundo em pior forma do que a que predominava antes de qualquer 'reforma' ser instituída. Além disso, deve-se mostrar que a 'piora' ocorre exatamente na mesma dimensão em que se supõe que haja melhora" (*idem*, pp. 29-30).

O livro *Psychologia das Multidões*, de Le Bon, publicado pela primeira vez em 1895, tinha um caráter claramente normativo. Seu argumento disseminou-se de forma evidente,

influenciando um grande número de pensadores, o próprio Michels entre eles.

Era de dúvida e apreensão, segundo Le Bon, o estado em que se encontrava o mundo, imerso em uma fase de transformação e anarquia. Na base disso, estava o nascimento das multidões como nova potência, como a "última soberana da idade moderna" (Le Bon, 1922, pp. vi-vii). Alçadas à vida política, as classes populares, nos termos do autor, haviam se transformado em classes dirigentes, insufladas pela propagação de determinadas idéias, como as socialistas, e pelo processo de organização. Precisando e unificando seus interesses e reivindicações, elas vinham se impondo com força à sociedade, ameaçando conduzi-la no rumo não de seu futuro, mas de seu passado, da barbárie, de um comunismo primitivo que teria caracterizado a aurora da civilização (*idem*, pp. vii-ix).

Essa possibilidade não apenas era bastante real, como também uma tendência universal, o que significava dizer que simples lamúrias não evitariam o desfecho desastroso. Era preciso, portanto, entender a situação para lidar melhor com ela (*idem*, pp. ix-x). Tal a razão de ser da psicologia das multidões, conhecimento indispensável para os estadistas que quisessem, se não governar as turbas, uma vez que isso era extremamente difícil, ao menos não serem governados por elas (*idem*, p. xiii).

As multidões, segundo Le Bon, caracterizavam-se por uma unidade mental, ainda que provisória. Nelas desaparecia a personalidade consciente, individual, que dava lugar a uma alma coletiva, a sentimentos e idéias comuns, a caracteres novos, distintos dos que se expressavam isoladamente (*idem*, pp. 2-6).

A vida consciente, na verdade, era bastante diminuta quando comparada com a inconsciente. Fruto da educação, ela era a principal responsável pela diferença entre os homens. Por sob os atos conscientes, entretanto, havia uma base inconsciente formada de influências hereditárias, de resíduos ancestrais, que constituíam a alma da raça e que, em larga medida, escapavam à percepção dos homens,

tornando-os, ao mesmo tempo, semelhantes (*idem*, pp. 6-7).

Essas características gerais componentes da raça emergiam nas multidões, conformando o solo comum que as unia. Regidos pelo inconsciente, os homens, nas multidões, veriam se dissipar suas aptidões intelectuais e sua individualidade, o que resultava em uma fusão de qualidades humanas medíocres, em uma incapacidade para a realização de atos que exigiam o uso da inteligência (*idem*, pp. 7-8).

Além da combinação de qualidades ordinárias, as multidões geravam caracteres novos nos homens, e isso, de acordo com Le Bon, por três razões. A primeira era a força quase invencível com a qual, em uma multidão, o indivíduo se sentia dotado, e que o levava a ceder a instintos que, de outro modo, não cederia, a dar vazão a todos os seus desejos, certo de seu anonimato, de que não seria pessoalmente responsabilizado. Por sua vez, a associação da segunda razão, o contágio, com a terceira, a sugestibilidade, tornaria irresistíveis as pressões sobre o indivíduo, levando-o mesmo a sacrificar seus interesses pessoais em favor dos coletivos, agindo como um autômato destituído de vontade (*idem*, pp. 8-11).

Com esse perfil, as turbas eram autoritárias e intolérantes, apegando-se mais aos tiranos que as dominavam do que aos governantes bondosos. Respeitavam a força, ao mesmo tempo em que tomavam a bondade como sinal de fraqueza (*idem*, p. 35). As decisões da maioria, aferidas através de votações, não eram, portanto, necessariamente as melhores ou as mais acertadas. Pelo contrário, era preciso ver que, embora de forma restrita ao momento da eleição, os eleitores também constituíam multidões. Dessa maneira, neles podiam ser observadas manifestações como a baixa aptidão para o raciocínio, a ausência de espírito crítico, o simplismo e a credulidade, o que tornava suas decisões sujeitas às influências de agitadores (*idem*, pp. 164-5).

O corolário disso parece ser claro. Se a equalização entre os homens, gerada pela multidão, era sinônimo de irracionalidade e

barbárie, qualquer decisão que a tomasse por base deveria, obrigatoriamente, ser posta em questão. E uma vez que, nas eleições, os homens formavam multidões, o sufrágio universal padecia de sérios males. Entregar a ele o destino de uma civilização, diz Le Bon, era torná-la refém do imprevisível, de instintos e desejos primitivos, de elementos inferiores caracterizados por um baixo valor mental. A soberania popular, nessa perspectiva, era um capricho altamente nocivo, que já havia acarretado pesados prejuízos e que poderia, como um de seus grandes perigos, ensejar a vitória do socialismo.

Inversamente, havia em Le Bon uma outra equação, de resultado positivo, que associava, de forma direta, individualização, diferença, racionalidade e civilização. As civilizações teriam se originado e evoluído a partir de pequenas minorias de espíritos superiores, que seriam, também, a sua garantia de continuidade. Tal cadeia, portanto, não deveria, em hipótese alguma, ser rompida (*idem*, pp. 171-2).

Não se tire daí, contudo, nenhuma conclusão apressada de que, no lugar do sufrágio universal, Le Bon defendesse algum sistema de voto restrito à minoria de espíritos superiores. Fiel à premissa de que uma multidão era sempre inferior, qualquer que fosse a sua composição e o seu tamanho, para ele "o sufrágio de quarenta acadêmicos não é superior ao de quarenta carregadores d'água" (*idem*, pp. 173-4).

Não obstante considerar pertinentes suas objeções, ele reconhecia que o sufrágio universal e a soberania das multidões tinham se tornado dogmas inatacáveis, assim como as idéias religiosas na Idade Média. Não seria possível, portanto, bloqueá-los, cabendo ao tempo a tarefa de operar seu desgaste (*idem*, pp. 172-3).

E para concluir, observa Le Bon que algumas das características expostas eram válidas também para as assembleias parlamentares que, igualmente, eram multidões. Era falsa, por conseguinte, uma das idéias básicas do regime parlamentar, qual seja, a de que muitos homens reunidos eram capazes de de-

cisões mais sensatas e independentes (*idem*, pp. 176-7). Cabia, entretanto, reconhecer que as assembléias parlamentares conformavam multidões apenas em alguns momentos. Além disso, as leis apresentadas à votação eram, por via de regra, fruto de uma reflexão individual, especializada, elaborada no silêncio de um gabinete. Por isso mesmo, apesar de todas as dificuldades, os parlamentos eram, na conclusão de Le Bon, “o melhor methodo que os povos ainda acharam para governar-se e, sobretudo, subtrahir-se o mais possível ao jugo das tyrannias pessoas” (*idem*, p. 190).

Retomando o argumento de Hirschman, além de Le Bon, Mosca e Pareto teriam se perfilado na crítica à democracia e ao sufrágio universal, ainda que partindo de uma tese distinta. Construindo um discurso que se apresentava como científico, eles teriam procurado combatê-los, demonstrando sua futilidade, afirmando que qualquer sociedade, fosse qual fosse sua organização política, estaria sempre dividida entre governantes e governados, ou entre elites e não-elites (Hirschman, 1992, p. 49).

Na verdade, Hirschman procura indicar a existência de um forte e generalizado clima intelectual antidemocrático, englobando não apenas os setores conservadores, mas, igualmente, os ditos progressistas. Não haveria uma grande distância, portanto, entre as formulações de um pensador como Pareto e as de Lenin, seu contemporâneo. De fato, para Hirschman, em livros como *El Estado y la Revolución*, Lenin, mais do que Marx, teria sido influenciado por idéias como as do próprio Pareto, de Michels e de “inúmeros outros detratores da democracia e praticantes do argumento da futilidade”.¹⁹ E indo mais além, Hirschman sugere que o comunismo e o fascismo teriam uma matriz comum, visto ter este bebido naquelas mesmas fontes (*idem*, pp. 123-4).²⁰

Vemos, assim, que o painel pintado por Hirschman para a origem da teoria das elites coincide com o de Mayer e, em traços gerais, com o da grande maioria dos comentadores. Não é, portanto, apenas em relação à sequência de autores e textos-chave que existe um

consenso entre os comentadores. Ele se observa, igualmente, no que toca às questões-chave e aos móveis originais dos autores fundamentais, ainda que nem todos tenham a mesma avaliação de que, mais do que críticos, Pareto, Mosca e Michels tenham sido inimigos da democracia, do liberalismo e do sistema representativo.

A Revolução dos *Managers*

Se era na Itália, basicamente, que a teoria das elites tinha fincadas as suas raízes, foi nos Estados Unidos que ela floresceu, desenvolvendo-se de maneira sistemática e experimentando um enorme sucesso nos meios intelectuais. Este sucesso se traduziu em milhares de páginas de artigos, livros e resenhas, em espaços significativos em congressos e seminários especializados, e no marcado interesse de alguns dos autores mais expressivos. Norberto Bobbio chega a afirmar que foi nos Estados Unidos que a teoria das elites alcançou sua cidadania na Ciência Política (Bobbio, 1991, p. 387).

A difusão da teoria das elites em território americano é atribuída sobretudo a dois autores, ambos professores universitários em Nova York, mas cuja notoriedade se deveu, em particular, ao enorme sucesso de seus livros fora da academia e aos debates que geraram. Esses autores são James Burnham, com *The Managerial Revolution*, e Charles Wright Mills, com *A Elite do Poder* (Bobbio, 1991, p. 388; Albertoni, 1989, pp. lii e lix-lxi; 1989a, pp. xxviii-xxix; 1990, pp. 163-4; Hasner, 1965, pp. 42-3; Parry, 1969, p. 31).

Burnham publicou *The Managerial Revolution* em 1941, no início, portanto, da Segunda Guerra Mundial, uma forte referência no livro. Seu sucesso pode ser aferido pelo fato de que, até meados da década de 1950, a obra teve, em média, uma edição por ano. Segundo o autor, havia, em todas as sociedades, um grupo de pessoas relativamente reduzido, que tinha um tratamento preferencial na distribuição de bens, concentrando poder, privilégio e riqueza. Esse grupo, socialmente dominante, constituía a classe dirigente e seu

poder, de fato, emanava não da propriedade dos meios de produção, como supunham os marxistas, mas sim do controle sobre eles (Burnham, s/d, p. 59).

No capitalismo, portanto, a burguesia era a classe dirigente porque ela mesma controlava, administrava os meios de produção. Esse quadro, porém, vinha passando por um claro processo de modificação. De acordo com Burnham, estava em marcha uma revolução social em escala mundial, nela se inserindo a Segunda Guerra. Essa revolução vinha provocando mudanças nas instituições políticas, econômicas, sociais, culturais e nas crenças dominantes, sinalizando a conformação de uma nova classe dirigente (*idem*, pp. 3-5). Afirmava o autor:

"It is the fact that during the past several decades the *de facto* management of the instruments of production has to a constantly increasing extent got out of the hands of the capitalists that so plainly proves society to be shifting away from capitalism and the capitalists losing their status as the ruling class. In ever-widening sectors of the world economy, the actual managers are not the capitalists, the *bourgeoisie*; or, at the very least, the managerial prerogatives of the capitalists are being progressively whittled down. The completion of this process means the elimination of the capitalists from controle over the economy; that is, their disappearance as a ruling class" (*idem*, p. 78).

A sociedade capitalista vinha, pois, cedendo lugar a uma outra que, entretanto, não seria socialista. Não seria o proletariado, ou as massas desprovidas, até por incompetência sua, que se afirmariam como a nova classe dirigente. Esta classe seria formada pelos *managers* que, efetivamente, controlavam os meios de produção, mesmo não sendo seus proprietários (*idem*, pp. 77 e 110).²¹

Era para os *managers* que a burguesia, de forma gradativa, vinha deixando o controle da economia nas sociedades capitalistas. Ela, a princípio, teria se retirado da atividade produtiva para a financeira. Agora, porém, era ao lazer que estaria dedicando a maior parte de seu tempo. No limite, o que se podia prever é que o Estado terminaria por tomar para si a

propriedade dos instrumentos de produção. Na verdade, isso já podia ser notado através de sua crescente presença na economia, não na forma tradicional de garantidor da propriedade e do mercado, mas sim na de agente empresarial, contradizendo a natureza do capitalismo, que se calcava na propriedade privada.

A base da estrutura econômica da nova sociedade, assim, seria a propriedade estatal dos instrumentos de produção. E como eram os *managers* que geriam esses instrumentos, sendo responsáveis pela produção, eles terminariam assumindo o controle do próprio Estado, tornando-se a nova classe dirigente (*idem*, pp. 100-5).

Esse processo se desenrolava no plano mundial, inclusive nos Estados Unidos, como podia ser observado pelo *New Deal*, ainda que de forma embrionária. Os países que se encontravam em um estágio mais avançado de transformação, até aquele momento, eram a Rússia de Stalin, a Alemanha de Hitler e a Itália de Mussolini. Desse modo, o socialismo russo e o nazi-fascismo nada mais eram do que duas faces de uma mesma moeda e a proximidade entre eles podia ser atestada pelo pacto germano-soviético de não-agressão, firmado em agosto de 1939. O mundo caminhava, de acordo com Burnham, como resultado final da revolução *managerial*, na qual se inscrevia a Segunda Guerra, para a constituição de três superestados, Europa, Ásia e América.

Uma das conclusões a que se chegava, diante disso, é que, ao invés de igualitário, o socialismo russo era também um regime de exploração. Ali, da mesma forma que no nazi-fascismo ou no *New Deal*, se assistia à imposição de uma nova classe dirigente.

Há que se perceber, contudo, que não era apenas o socialismo que saía chamuscado da análise de Burnham. Ao estabelecer linhas de continuidade entre Estados Unidos, Rússia, Alemanha e Itália, eram as próprias noções prevaletentes sobre a democracia americana que o autor colocava em questão. E mais do que isso, chegava a sugerir que não eram boas as suas perspectivas (*idem*, pp. 152, 191-2).

Burnham criticava a noção de democracia como governo da maioria. Afinal, não havia como negar que várias das ditaduras então existentes eram apoiadas por majorias e, muitas vezes, em uma escala bem mais ampla do que nas ditas democracias. O que isso de fato indicava é que, contrariamente, o que definia a democracia, sua característica-chave — em uma antecipação de uma posição que, hoje, parece se afirmar entre as dominantes —, era a garantia do direito de expressão política das minorias (*idem*, p. 162).

As idéias de Burnham não eram exatamente novas. Como apontam Bottomore e Parry, ele tinha um claro débito para com o economista Thorstein Veblen, em particular com as teses expressas no livro *A Teoria da Classe Ociosa*, de 1899 (Bottomore, 1965, pp. 71-2; Parry, 1969, p. 51). A classe ociosa, para Veblen, era aquela que não trabalhava ou, de modo mais preciso, que se abstinha do desempenho de atividades produtivas, ficando a fazer a diária de subsistência a cargo de uma classe inferior. Sua existência, portanto, guardava relação direta com a divisão social do trabalho (Veblen, 1965, pp. 19-22).

Cabe salientar, contudo, que não se tratava de uma mera divisão mecânica do trabalho, mas, principalmente, de uma evitação prescrita por normas sociais. O que estava em jogo, assim, era uma discriminação entre funções dignas e indignas, que remontava aos primórdios da civilização, mas que operava com bastante força nas próprias sociedades industriais, como atestava a aversão do homem moderno por atividades consideradas servis (*idem*, p. 25).

Essa evitação, por outro lado, estava associada ao prestígio e ao reconhecimento do indivíduo. Dessa forma, observa Veblen, não bastava ser rico para se obter e conservar a consideração alheia. Era preciso prová-lo, demonstrá-lo, o que criava uma necessidade de emulação pecuniária que, por sua vez, tinha um duplo efeito: o próprio ócio e o refreamento do incentivo à diligência e à poupança (*idem*, pp. 48-54). Por essa via, portanto, as classes ricas, mesmo nas sociedades indus-

triais modernas, eram impelidas ao ócio, à abstenção das atividades produtivas e ao consumo conspícuo.

Veblen voltaria ao tema em outros livros, sendo um deles *The Engineers and the Price System*, que reunia artigos publicados durante o ano de 1919. Ali, como o faria Burnham posteriormente, ele destacava uma tendência crescente ao absentismo entre os industriais, que vinham delegando a direção de suas empresas e negócios a administradores e técnicos, particularmente engenheiros, que passavam a controlar a produção. Operava-se, assim, uma clara divisão entre a propriedade dos equipamentos e dos recursos industriais, por um lado, e a sua gerência, por outro. Mais do que isso, os fatos pareciam apontar para uma futura abdicação dos proprietários a qualquer vínculo com a produção e, ao mesmo tempo, para a afirmação de um novo grupo, consciente e mais apto a zelar pelo bem-estar material da sociedade, constituído, justamente, pelos engenheiros. Na opinião de Veblen, ficaria atrelada a esse grupo, à sua liderança e ao seu apoio, tendo em vista o claro vínculo de dependência que se havia estabelecido entre a humanidade e a produção industrial, qualquer possibilidade de mudança social, mesmo revolucionária (Veblen, 1954, *passim*).

A tese de que estaria ocorrendo uma separação entre a propriedade e a direção das grandes empresas, deslocando-se a responsabilidade pelas decisões técnicas dos capitalistas para os especialistas, foi também trabalhada por Adolf Berle e Gardiner Means, em *A Propriedade Privada na Economia Moderna*, lançado em 1933, livro igualmente fundamental para as formulações de Burnham. Os autores referem-se a uma revolução na instituição da propriedade privada, que estaria em andamento, impulsionada pela acelerada expansão das sociedades por ações. O antigo átomo da propriedade individual estaria sendo dissolvido em diversas partes, apontando para uma forma de caráter mais coletivo, constituindo empresas quase-públicas, pelo alto número de proprietários.

Ao mesmo tempo, porém, em que se

observava uma dispersão da propriedade, o controle das empresas, até por isso mesmo, passava a ficar dela divorciado. Se, antes, era o próprio capitalista que, individualmente, controlava a sua empresa, tomando as decisões que julgava mais adequadas, em um sistema de propriedade coletiva, o controle passava a ser uma atribuição distinta, a cargo de especialistas, profissionais. Isso, é claro, teria efeitos não apenas sobre a própria economia e seus agentes, mas também sobre o direito e até a política e o Estado, de maneira mais ampla (Berle e Means, 1957, *passim*).

Além de Veblen e de Berle e Means, outras importantes referências para Burnham, na verdade a origem de fato de suas formulações, foram Leon Trotsky e os debates que, a partir de fins dos anos 1930, se estabeleceram no interior da IV Internacional acerca do caráter do Estado soviético. Burnham era, então, membro do Socialist Workers Party (SWP), filiado àquela Internacional, e entabulou uma acesa discussão com Trotsky, que culminou com sua saída do partido, em 1940.²²

O ponto de partida da discussão era a própria tese de Trotsky, expressa em *A Revolução Traída* e em outros escritos, de que a União Soviética, controlada pela burocracia stalinista, constituía-se em um Estado operário degenerado. Na opinião de Trotsky, porém, isso seria apenas uma fase na passagem para o socialismo. Uma vez que a propriedade social dos meios de produção, base do regime de 1917, não havia sido modificada, a burocracia não conformaria uma nova classe exploradora bastando, assim, que fosse derrotada para que o processo de mudança pudesse retornar ao seu leito natural.

Referidos a esse mesmo debate, dois outros autores formularam alguns dos argumentos posteriormente incorporados por Burnham, compondo o cerne de *The Managerial Revolution*. Um deles, o alemão Hugo Urbahns, anunciou, pouco depois da ascensão de Hitler, o advento de uma nova era histórica, a do capitalismo de Estado, do qual seriam exemplos a Alemanha, a Itália e a URSS. O outro, o italiano Bruno Rizzi, defendia no

livro *La Bureaucratization du Monde*, a tese de que o coletivismo burocrático soviético, nos seus termos, representava uma nova forma de dominação de classe, sendo a burocracia a nova classe dominante. Mais ainda, essa nova dominação de classe, ao contrário do que supunha Trotsky, seria não um *interregno*, mas um novo estágio de desenvolvimento que, inclusive, não se limitaria à União Soviética, podendo ser observado também nos regimes de Hitler, de Mussolini, e mesmo no *New Deal* de Roosevelt.²³

Não é de se estranhar que, referido que estava a um debate no interior da esquerda, tivesse vindo justamente dela, algumas das críticas mais duras a Burnham, marcadas por um tom político, e não acadêmico. Um desses críticos foi o socialista Léon Blum, autor do prefácio à edição francesa de *The Managerial Revolution*.

Blum procura argumentar que a União Soviética representava não um novo sistema social, fruto da destruição do capitalismo, mas sim uma forma de capitalismo de Estado. Para ele, a URSS constituía um claro exemplo de como era possível destruir a propriedade capitalista sem, de fato, destruir o capitalismo (Blum, 1947, pp. xvii-xviii). Outro ponto que Blum sustenta é que a existência de *managers*, por si só, não representava nenhuma prova da impossibilidade do socialismo que, de resto, admitiria a necessidade de uma elite para a condução de uma produção planejada e segundo técnicas modernas. O seu recrutamento, contudo, deveria eliminar o favoritismo, o nepotismo, a hereditariedade, a cooptação, baseando-se em critérios estritos de equidade, mérito pessoal e utilidade social (*idem*, p. xix).

Blum conclui seu prefácio, acutilando Burnham sob a forma de uma recomendação do livro e de um débito de reconhecimento para com ele:

“Pour ma part, je lui exprime ici la plus sincère des gratitude, car il m'a obligé à refaire l'épreuve scrupuleuse d'un certain nombre d'idées avec lesquelles je vivais si familièrement et depuis de si longues années qu'elles ne se présentaient plus

à moi sous l'aspect critique. Après cette épreuve, et malgré des chocs parfois assez rudes, je ne me sens nullement ébranlé dans l'adhésion que je leur donnais. Je me sens même éclairci et fortifié dans l'une de celles qui me sont les plus chères, à savoir que la transformation révolutionnaire du régime de propriété et de la production n'est pas une fin en soi, mais le moyen nécessaire et la condition indispensable de la libération de la personne humaine, qui est, elle, une fin en soi et la fin dernière du socialisme" (*idem*, p. xxi).

Bem menos sutil do que Blum, o filósofo Georg Lukacs refere-se a Burnham, em *La Destruction de la Raison*, como um renegado trotskista que se igualava a Hitler em seu desprezo pelas massas. O pensador americano, para ele, nada mais era do que um ideólogo do capitalismo monopolista, que buscava deter o avanço do comunismo, identificando-o ao fascismo (Lukacs, 1959, pp. 333-7).²⁴

Entre as fontes onde Burnham bebeu estavam, claramente, os autores elitistas. Tanto é assim que em 1943, dois anos após *The Managerial Revolution*, ele publicou *The Machiavellians*, debruçando-se sobre as idéias de Maquiavel, Dante, Sorel e também Mosca, Pareto e Michels.²⁵

O novo livro de Burnham, é importante destacar, foi uma das primeiras leituras positivas e liberais das teses elitistas publicadas nos Estados Unidos. Seu subtítulo era: *Defenders of Freedom*. Aqui, Pareto, Mosca e Michels aparecem não como pensadores autoritários, antidemocráticos, mas tão-somente realistas.²⁶ Na opinião de Burnham, eles tinham investido na relativização do que seria o mito da democracia enquanto governo da maioria, enquanto governo pelo povo, e, por isso mesmo, defendiam uma noção mais concreta, efetiva, viável, de democracia e de liberdade.²⁷

Foi com essa perspectiva que Burnham se apropriou dos elitistas, ou dos maquiavelistas, tomando-os, ainda, para, mais uma vez, exercer sua crítica ao socialismo. De cada um dos autores ele extraiu uma ou algumas teses básicas, contribuições para a configuração de um quadro geral, quase que como se houvesse uma divisão do trabalho intelectual entre eles.

Assim, de Mosca reteve a demonstração da inevitabilidade da liderança. Esta liderança, por sua vez, como se veria já em Michels, poderia vir a se tornar autônoma em relação aos liderados. Ela, contudo, não seria capaz de se eternizar em suas posições, sendo substituída por outra. Tal substituição, todavia, não seria uma mera troca de indivíduos, mas parte mesmo de um processo de mudança social. Este seria o seu débito para com Pareto (Burnham, 1943, pp. 88-90, 146, 208-10).

A segmentação social mais importante apontada por Burnham a partir desses autores, era a que distinguia elites e não-elites. Daí derivava o fato de que tanto a História quanto a Ciência Política consistiam no estudo das elites e de suas relações com as não-elites. O que esses estudos evidenciavam é que o objetivo primeiro de toda elite seria o de manter o poder e o privilégio, vindo os serviços à sociedade em geral como decorrência. Desse modo, o domínio de uma elite seria baseado, principalmente, na fraude e na força, e não em princípios como razão e justiça (*idem*, pp. 224-5).

Retomando Mosca, o que se observava em toda elite era a existência de duas tendências opostas: a aristocrática, que a fechava, bloqueando o acesso a elementos de baixo; e a democrática, que permitia esse acesso. Todavia, cabe destacar que, ainda que a longo prazo, a tendência democrática deveria prevalecer, modificando-se a elite. Pode-se concluir daí que não haveria nenhuma estrutura social permanente, ou estática, e, ao mesmo tempo, que nunca cessaria, nem mesmo no suposto paraíso terreno da sociedade sem classes, nos termos de Burnham, a luta entre grupos para manter ou galgar posições de domínio (*idem*, p. 226).

O importante, para o autor, era garantir a prevalência da tendência democrática. A democracia entendida enquanto governo pelo povo era um mito, visto que era sempre uma elite que governava. O que marcaria a democracia de fato seria, acima de tudo, a garantia de uma oposição livre, pública, única forma

de limitar o poder da elite governante (*idem*, pp. 236-46).²⁸

Assim como suas fontes inspiradoras, Burnham procurou se afirmar como um pensador realista, como um denunciador de mitos. E do mesmo modo que algumas delas, ele terminou sendo identificado como um conservador (Francis, 1984, pp. 1-4).

É preciso atentar para o fato de que Burnham associava o *New Deal* ao nazi-fascismo justamente em um momento em que os Estados Unidos entravam em guerra com a Alemanha e a Itália. A Rússia e Stalin também seriam por ele atacados, ainda que viessem a ser aliados dos americanos no conflito. E mais, Burnham criticava a noção clássica de democracia em meio a um embate armado de grandes proporções, vivido, em larga medida, como uma luta desesperada das forças da democracia e da liberdade contra o terror totalitário. E como se tal não bastasse, ele apoiava a sua crítica em um autor como Pareto que, então, de um modo geral, era visto dentro e fora dos Estados Unidos, como um dos ideólogos do fascismo.

O que mais parece ter contribuído para o reforço da identificação de Burnham como um conservador, contudo, foram suas posturas no período subsequente, já durante a Guerra Fria. Foram elas que levaram Daniel Bell, em um artigo de 1955, a qualificá-lo como um intelectual macarthista, prosélito da direita reacionária (Bell, 1964, p. 64).²⁹

Mills, Hunter e a Unidade das Elites

A Elite do Poder, de 1956, foi, sem dúvida, o livro que mais diretamente ficou associado à imagem de Mills, atribuindo-lhe maior notoriedade, inclusive fora da academia, até pelas intensas reações que desencadeou, e impondo-o à tradição da teoria das elites. De fato, essa obra constituiu, segundo Meisel (1962, p. 360) e Lipset (1968, p. 36), uma primeira tentativa mais efetiva de analisar a distribuição de poder nos Estados Unidos, tomando por base essa teoria. Mills chegou à conclusão de que o poder na América

era monopolizado por uma elite unificada, que se impunha, e as suas decisões, ao restante da sociedade (Alford e Friedland, 1985, p. 198; Albertoni, 1990, p. 164; Bottomore, 1965, pp. 31-2; Diesing, 1982, p. 191).

Essa elite, segundo Mills, postada no topo das principais hierarquias e instituições da sociedade americana, tomava por si mesma, livremente, as grandes decisões, as decisões que afetavam a nação como um todo. Seu poder, assim como sua celebridade e sua riqueza, resultava, de fato, de sua posição à frente daquelas hierarquias e instituições, ou, mais especificamente, do Estado, das empresas e das Forças Armadas (Mills, 1962, pp. 13-4).

Os homens de poder, para Mills, compunham um grupo unificado psicologicamente, que se conhecia, que se encontrava não apenas nos negócios, mas também em ocasiões sociais, que se reconhecia e se levava em conta ao tomar decisões. Com origens sociais e trajetórias semelhantes, eles se inseriam, ao longo de suas vidas, em uma mesma rede de relações (*idem*, pp. 22-3). Por esse processo eram igualmente conformados igrejinhas, esquemas de clientela e de lealdades pessoais, que pesavam, de modo efetivo, para a ascensão e o êxito nas altas-esferas, contradizendo a tese do *self-made man* (*idem*, pp. 409-11).

Mesmo que a origem social e o preparo formal de alguns dos indivíduos da elite fossem diversos, seria possível, na visão de Mills, perceber a constituição de um tipo social semelhante. Isso se dava, entre outras razões, porque os critérios de admissão, de honra e de promoção na elite eram os mesmos para todos os indivíduos, uniformizando os que a ela chegavam. Mais importante, por conseguinte, do que procurar dar conta das origens sociais do grupo dominante, era estudar seu tipo e seus valores (*idem*, p. 336).

Outro fator fundamental para se entender a unidade da elite, era a própria estrutura e a dinâmica das principais hierarquias por ela controladas. Elas eram, de certo modo, idênticas, com lugares correspondentes, postos permutáveis, propiciando uma circulação,

uma mobilidade de indivíduos entre hierarquias, gerando, ao mesmo tempo, uma familiaridade. Essa mesma correspondência, aliás, é que estava na base de um último elemento conformador da unidade da elite, ou seja, a possibilidade de uma coordenação explícita de seus indivíduos (*idem*, pp. 342-4).

Em seu capítulo sobre “A Sociedade Local”, Mills fez largo uso de um estudo sobre a cidade de Atlanta, *Community Power Structure*, publicado em 1953, de autoria de Floyd Hunter. A mesma unidade que Mills percebia na elite nacional, Hunter constatou na esfera local. Os dois autores foram, por isso, identificados como os grandes expoentes da tese do monismo elitista (Bobbio, 1991, p. 390; Die-sing, 1982, p. 191; Merelman, 1968, p. 451).

Hunter definia seu trabalho como uma investigação sobre liderança e relações de poder em uma perspectiva regional. O que ele procurava discutir era a natureza do poder em uma comunidade, bem como sua relação com a sociedade abrangente (Hunter, 1963, p. 2). Para ele, o poder era uma função social necessária, visto envolver tomadas de decisão estratégicas, de longo alcance, e execução de políticas. Assim, aqueles que o exerciam, e até para que pudessem exercê-lo a contento, acumulavam determinados direitos e prerrogativas distintos dos homens comuns. Os homens do poder distinguiram-se dos demais como decorrência mesmo de sua função. E mais do que isso, formavam uma minoria bem definida, constituindo um grupo coeso, ligado por vínculos diversos como interesses, personalidade, hábitos e até coerção (*idem*, *passim*).

Hunter e Mills, como vemos, têm como questão comum o poder, entendido como a faculdade de tomar grandes decisões. Dessa perspectiva, estudar o poder equivaleria a investigar os processos de tomada de decisão e, da mesma forma, os tomadores de decisão, os *decision-makers*, as elites.

De fato, o interesse das Ciências Sociais pelo poder, nos Estados Unidos, vinha de longa data e mostrava-se relativamente generalizado. Entretanto, o que se buscava, a princípio, em larga medida, era refletir sobre sua

natureza e origem. A partir dos anos 1940 é que se passou a investigar mais especificamente o exercício do poder e, por essa via, os *decision-makers*.³⁰

Ao sustentar que as posições de poder eram controladas por uma minoria, uma elite unificada, que se impunha sobre a maioria, Hunter e, sobretudo, Mills investiam na própria desnaturalização da democracia americana. Como observa Bobbio, Mills teria rompido “a imagem idílica da América como paraíso do homem comum” (Bobbio, 1991, p. 388; cf., também, Bottomore, 1965, pp. 31-2). Por isso mesmo, ele foi alvo de acerbadas reações.

As críticas a Mills, é interessante observar, tinham, principalmente, duas origens. Uma delas, que será tratada mais adiante, era a liberal, pluralista. A outra, curiosamente, era a marxista, ou radical — termo então empregado —, que tinha uma visão da sociedade americana muito próxima à dele.

A revista *Monthly Review*, dirigida por Paul Sweezy e Leo Huberman, e que era apresentada como um periódico socialista independente, veiculou, nos anos 1950 e 1960, diversas resenhas e artigos críticos ao livro de Mills. Um deles, “Power Elite or Ruling Class?”, de 1956, era de autoria do próprio Sweezy. A crítica de Sweezy a Mills era a de que, em essência, em vez de uma elite no poder, o que havia de fato nos Estados Unidos era uma classe dirigente, para cuja análise seria indispensável um estudo do sistema capitalista monopolista. Mills, contudo, não teria percebido uma coisa nem feita outra, e isto porque não incorporava o quadro conceitual marxista, não adotava uma teoria de classes, enfraquecendo sua análise e desviando-se dos problemas reais da estrutura e dos processos sociais (Sweezy, 1969, pp. 125-9).³¹

Na verdade, o que parecia estar na base da crítica dos intelectuais marxistas a Mills era não apenas a correção ou a profundidade de sua análise, mas a competição pelo discurso radical legítimo.³² Assim, em um artigo de 1963, também publicado em *Monthly Review*, Eugene Schneider (1963) procura demonstrar por que a esquerda americana não podia tomar

Mills como seu porta-voz, em uma clara indicação de que isto vinha, de fato, ocorrendo.³³ O próprio Sweezy, aliás, buscava explicar por que Mills, e não a esquerda, acabava vocalizando o radicalismo americano, tomando o que seria considerado o seu espaço e caracterizando um quadro de concorrência desequilibrada pela paranóia anticomunista dos anos 1950.³⁴

É certo, observava Sweezy, que os que chamava de radicais autênticos pouco haviam produzido que tivesse algum valor científico. Mesmo esse pouco, entretanto, encontrava enormes dificuldades para vir a público. Mills, ao contrário, não teve o mesmo destino. Ele era professor de Columbia, uma universidade respeitável, seu livro havia sido publicado por uma editora conservadora e amplamente resenhado em mídias como *Time* e *Saturday Review of Literature*.

Sweezy reconhecia que isso tinha um lado positivo, que era o de permitir que o grande público, em algum nível, entrasse em contato com uma discussão séria sobre poder e estratificação social, pondo em xeque teorias que faziam a apologia da ordem estabelecida. Ao mesmo tempo, contudo, Mills, contribuía para aquele mesmo silenciamento, isolamento ou até o exorcismo da esquerda, monopolizando a representação intelectual do descontentamento político americano e não fazendo qualquer referência aos trabalhos relativos ao seu tema publicados, por exemplo, na própria *Monthly Review* (Sweezy, 1969, pp. 116-8).

Pluralismo e Elitismo Democrático

A contraposição liberal, pluralista, a Mills ficou conhecida, de um modo geral, como o elitismo democrático. Com inúmeras variantes, apoiava-se, *grosso modo*, sobre dois pontos. De acordo com o primeiro, a tese clássica da democracia — ancorada na noção de soberania popular, de governo da maioria, do povo, pelo povo e para o povo — seria destituída de fundamento real. Pior, o que as recentes experiências totalitárias demonstra-

vam é que uma ampla base de apoio popular não seria, necessariamente, sinônimo de democracia. Pelo contrário, sujeitas à influência de demagogos, as massas, em lugar de uma garantia, poderiam se constituir em uma ameaça à democracia. O verdadeiro esteio desta, portanto, seriam as minorias dirigentes. Dessa forma, não haveria, dentro dessa perspectiva, incompatibilidade entre a existência de elites e o sistema democrático.

Ora, mas se é assim, o que diferiria a democracia do autoritarismo? A diferença, e aqui entramos no segundo ponto de apoio da tese elitista democrática, se resumiria a uma questão de procedimento. As elites, na democracia, seriam abertas, isto é, seu recrutamento e seleção não estariam confinados a um grupo apenas. Além disso, como os diversos grupos tinham de disputar — e a concorrência aberta, livre, entre grupos diversos, era outro elemento-chave da democracia, impedindo que apenas um deles pudesse se impor aos demais de forma absoluta — a simpatia popular, expressa através do voto, os interesses do povo acabariam sendo sempre levados em conta nas tomadas de decisão.

A partir dessa perspectiva, vários autores se contrapuseram às formulações de Mills, e também às de Hunter, procurando demonstrar suas teses com base em estudos do poder, tanto em comunidades quanto no âmbito nacional.³⁵ Nessa linha estariam, por exemplo, David Truman, William Kornhauser, Suzanne Keller, Seymour Lipset e, principalmente, Robert Dahl. Antes de examinarmos seus argumentos, no entanto, convém percorrer alguns dos pensadores que, por via de regra, são apontados como antecessores ou primeiros formuladores da tese elitista democrática.

Nesse percurso, um primeiro ponto interessante com o qual nos deparamos é o da releitura das origens da teoria das elites. Aqui, as idéias de Mosca, Pareto e Michels — até os anos 1940 percebidas predominantemente como antidemocráticas — passavam a ser tomadas, de maneira recorrente, como tentativas realistas de relativização do argumento democrático clássico. De fato, haveria um claro

parentesco, é preciso reconhecer, entre as teses elitistas democráticas e as formulações daqueles três pensadores, e mesmo, ainda que nenhuma ponte explícita seja feita com ele, as de Le Bon. Assim, Mosca passaria a figurar, basicamente, como um pensador democrata, defensor do sistema parlamentar, Pareto como um ultraliberal pluralista e Michels como um crítico da oligarquia (Diesing, 1982, pp. 155-6; Kolegar, 1967, p. 354; Lippmann, 1946, p. 58; Parry, 1969, pp. 38-41; Bobbio, 1991, p. 391).

Um dos primeiros nomes americanos que surgiram na linha sucessória do elitismo democrático foi o do ensaísta Walter Lippmann. Na verdade, seu argumento não era propriamente pluralista, centrando-se na importância de um governo ou, mais especificamente, de um Executivo forte, para a própria sobrevivência da democracia. Sua inclusão, portanto, se justifica — ainda que se distancie parcialmente dos demais componentes da genealogia, ou que seja alvo das críticas de alguns deles como Truman — por essa inversão, negando às massas, à maioria, e mesmo às suas entidades representativas, aos partidos, o papel de avaliadores do sistema democrático.

Seu livro mais citado, *Essays in the Public Philosophy*, foi escrito na França às vésperas da Segunda Guerra Mundial e no auge do nazi-fascismo, debruçando-se sobre o que entendia ser a incapacidade das democracias liberais representativas para lidar com os problemas do século XX. Lippmann localizava a fonte dessa incapacidade na relação entre governo e massa, e no que seria um desequilíbrio entre os Poderes, que conferia um grande peso às assembleias eleitas (Lippmann, 1955, pp. 3-5).

A sociedade liberal ocidental, dizia Lippmann, deslizava por um plano inclinado em direção à catástrofe. A razão do desastre, em essência, residia no fato de que a massa teria conquistado um poder que não era capaz de exercer, visto ser incompetente para governar. O governo eleito, por seu turno, havia perdido poderes que precisava recuperar, com urgência, a fim de que pudesse realizar sua função

a contento. O resultado disso, que o autor qualificava como um mórbido deslocamento das funções de poder, não seria outro senão a paralisia e o enfraquecimento (*idem*, pp. 14-5).

A opinião pública teria, em momentos críticos, se mostrado fundamentalmente equivocada, bloqueando, impondo vetos, de forma direta ou através de seus representantes, aos juízos de homens, de funcionários bem informados, com uma ampla visão e responsáveis. Levá-la em conta, portanto, quando se tratava de decidir entre a vida e a morte — e era exatamente isso que estaria em jogo para as democracias ocidentais —, seria um risco extremo (*idem*, p. 20).

Na leitura de Lippmann, era um erro acreditar que as opiniões dos votantes expressavam o interesse público. Elas nada mais eram do que a soma de visões, de interesses marcadamente particulares, localizados, que se apresentavam na composição das assembleias. Deixar, por conseguinte, que o poder governante, que o Executivo, persistisse como um refém delas e de seus representantes, seria acirrar a sua desvitalização, levando-o a um quadro clínico desesperador. Nas palavras do autor:

“The power of the executive has become enfeebled, often to the verge of impotence, by the pressures of the representative assembly and of mass opinions. This derangement of the governing power has forced the democratic states to commit disastrous and, it could be, fatal mistakes. It has also transformed the assemblies in most, perhaps not in all, democratic states from the defender of local and personal rights into boss ridden oligarchies, threatening the security, the solvency, and the liberties of the state” (*idem*, p. 55).

Além de Lippmann, outro autor incluído na linhagem do elitismo democrático foi o economista Joseph Schumpeter, visto consensualmente como um marco fundador essencial. Seu livro *Capitalismo, Socialismo e Democracia*, de 1942, foi recorrentemente citado como uma das primeiras tentativas bem-sucedidas de compatibilização entre elitismo e democracia (Bachrach, s/d, pp. 10, 18-9;

Finley, 1988, p. 19; Albertoni, 1989, pp. lii, liv-lix; 1990, pp. 159-61; Meisel, 1962, pp. 350-1; Bottomore, 1965, pp. 17 e 55; Alford e Friedland, 1985, pp. 250-1; Bobbio, 1991, p. 389; Diesing, 1982, p. 156; Parry, 1969, p. 124; Walker, 1966, pp. 285-6).

A massa, segundo Schumpeter, era incapaz de desenvolver e divulgar idéias definidas e coerentes, transformando-as em atitudes. Ela apenas podia seguir, ou se recusar a seguir, a liderança que lhe era oferecida (Schumpeter, 1961, p. 182). Por isso mesmo, a teoria clássica da democracia, forjada no século XVIII, não mais se mostrava dotada de sentido. Segundo ela, na leitura de Schumpeter, o método democrático seria um arranjo institucional para se alcançar decisões políticas que realizassem o bem comum. Aqui, em tese, o povo é que decidiria, por intermédio de representantes eleitos que expressariam suas vontades (*idem*, p. 305). Como, porém, faltava à massa competência para decidir, e sendo a liderança o pólo dinâmico da relação, seria lícito, a seu ver, inverter a fórmula, enfatizando, justamente, o que nela seria subsidiário — a eleição dos representantes. Assim, transpondo a imagem do mercado para a política, o método democrático deveria ser tomado mais exatamente como um sistema institucional, no qual o indivíduo através de uma luta competitiva pelos votos do eleitor obtinha o poder de decidir (*idem*, p. 328).

Da mesma forma que adquire seus bens optando entre os que existem, e lhe são impostos, no mercado, o consumidor político deveria escolher a partir de um conjunto limitado de candidatos que lhe seria apresentado, que não teria sido por ele definido. A iniciativa política, assim, nunca seria do eleitor, ou do povo, mas do candidato que se apresentava. Nos termos do próprio Schumpeter, aliás claramente informado por Mosca, ainda que este não seja citado:

“A escolha, glorificada idealmente como o *chamado do povo*, não é iniciativa deste último, mas criada artificialmente. E essa criação constitui parte essencial do processo democrático. Os eleitores não decidem casos. Tampouco escolhem

com independência, entre a população elegível, os membros do parlamento. Em todos os casos, a iniciativa depende do candidato que se apresenta à eleição e do apoio que possa despertar. Os eleitores se limitam a aceitar essa candidatura de preferência a outras, ou a recusar-se a sufragá-la” (*idem*, p. 343).

Desse modo, a política, o poder, as decisões, nunca seriam atribuições ou iniciativas do povo. A ele cabia, simplesmente, aceitar ou não os políticos que se lhe apresentavam e os bens políticos que lhe eram ofertados. A democracia, portanto, era um governo dos políticos. O que a identificava, o que a diferenciava de outros sistemas, era a livre concorrência entre possíveis líderes pelo voto do eleitorado (*idem*, p. 346).

Era também a concorrência, aliás, que explicava como o fim social da política democrática, o bem comum, podia ser alcançado. Não era por ele, pela melhor maneira de obtê-lo, ainda que pudesse assim parecer, observa Schumpeter, que os políticos competiam. O objetivo de sua luta concorrencial seria, na verdade, o poder, os cargos políticos. Se o bem comum é alcançado, ele o seria como subproduto daquela luta, da mesma forma que, na economia, as necessidades básicas do povo são atendidas pela concorrência pelo lucro. Por conseguinte, os políticos atenderiam aos anseios da população na medida em que buscavam realizar seus interesses:

“Por exemplo, a razão para a existência da atividade econômica é, naturalmente, a necessidade que o povo tem de alimentar-se, vestir-se, etc. O fornecimento dos meios para satisfazer essas necessidades constitui o fim social ou o significado da produção. Não obstante, todos concordaríamos que essa afirmação seria um ponto de partida irrealista para uma teoria da atividade econômica numa sociedade comercial e que faríamos melhor começando com uma afirmação sobre o princípio do lucro. Da mesma maneira, o significado social ou função da atividade parlamentar é evidentemente votar legislação e, em parte, medidas administrativas. Mas, para compreender de que maneira a política democrática serve a esse fim social, devemos partir da luta competitiva pelo poder e cargos e compreender que a função social é preenchida apenas inciden-

talmente, por assim dizer, da mesma maneira que a produção é incidental à obtenção do lucro” (*idem*, p. 343).

Outro nome que aparece com bastante intensidade nas reconstituições da genealogia do elitismo democrático é o do cientista político Harold D. Lasswell (Albertoni, 1990, p. 163; Bottomore, 1965, pp. 14-5; Bachrach, s/d, p. 68; Diesing, 1982, p. 155). Bobbio (1991) lhe atribui um papel fundamental na reelaboração e na divulgação da teoria das elites nos Estados Unidos, seu objeto de reflexão desde os anos 1930, com a publicação de *Who Gets What, When, How*.

Na verdade, Lasswell publicou um pouco antes *World Politics and Personal Insecurity*, em que adianta algumas de suas reflexões centrais. A Política, ali, é definida como uma reflexão sobre as mudanças na forma e na composição dos padrões de valores mais significativos de uma sociedade, como a deferência, a renda e a segurança. A distribuição desses valores, segundo ele, seria sempre desigual, podendo ser graficamente representada por uma pirâmide, ocupada no topo por um pequeno número de indivíduos. Os poucos que teriam mais de cada valor, diferenciando-se do povo, dos muitos que teriam menos, seriam a elite, que procuraria preservar essa ascendência através da manipulação de símbolos, do controle da distribuição de bens e do emprego da violência. Em que pese esse esforço, entretanto, essas posições nunca seriam vitalícias, fixas, imutáveis, o que nos levaria a precisar um pouco mais a definição inicial, passando a conceituar a Política, de maneira menos formal, como o estudo de quem teria o que, quando e como (Lasswell, 1950, p. 3).

Foram justamente essas questões que o autor retomou e procurou detalhar em *Who Gets What, When, How*, como o próprio título indica (Lasswell, 1951, pp. 295-6). Como no livro anterior, uma de suas preocupações centrais dizia respeito à forma como as elites lidavam com situações de crise e de conflito, resolvendo-as ou não. Nesse sentido, Lasswell enfatiza especialmente as relações que

as elites estabeleciam com as massas e com outras elites concorrentes, buscando atentar para a sua legitimidade.

Afigurava-se como fundamental, para ele, a habilidade da elite no poder para manipular símbolos, ou ideologias, para controlar e distribuir bens, para empregar a violência, para negociar e organizar, para recrutar e treinar seus membros. Tudo isso, assim como as estratégias e os padrões de lealdade prevalentes, estaria intimamente relacionado e decorreria da personalidade e dos perfis políticos dominantes na elite (Lasswell, 1951, pp. 310-1, 359-60, 375, 427 e 433).³⁶

O trabalho mais citado de Lasswell, contudo, é *Poder e Sociedade*, escrito em co-autoria com Abraham Kaplan. No livro, publicado em 1950, o poder é tratado de forma relacional, comparativa, como um gradiente, e não como algo que se poderia ou não possuir. Todos, segundo os autores, influiriam, teriam alguma participação no processo decisório, apenas que em gradações distintas. O poder, assim, estaria presente em todas as camadas sociais, desde o grupo sujeito até o dominante, em uma escala que variaria de forma diretamente proporcional à organização. Desse modo, a elite, apresentando níveis superiores de organização, seria formada por aqueles com maior poder, ao passo que a massa, desorganizada, teria menor poder relativo. Porém, rompendo com a visão dicotomizada elite/massa, Lasswell e Kaplan identificariam entre as duas uma semi-elite, constituída por aqueles que teriam graus intermediários de organização e, assim também, de poder (Kaplan e Lasswell, 1979, pp. 241-2).

Essa concepção da distribuição social diferencial do poder é importante, de acordo com os autores, para reconciliar a noção de elite com a operação de instituições democráticas. A simples presença de uma elite, assim, não é suficiente para desqualificar uma estrutura como democrática. O que é preciso verificar, de fato, são os padrões de recrutamento da elite, o modo como exerceria seu poder, suas relações com as massas (*idem*, p. 243). Em uma democracia, o recrutamento é aberto,

outorgando-se iguais oportunidades de acesso. Em uma autocracia, ao contrário, o que se observa é uma drástica restrição, um acentuado estrangulamento (*idem*, pp. 264-5).³⁷

Posições semelhantes podem ser encontradas em *Power and Personality*, publicado um pouco antes, em 1948, e bastante marcado pelo impacto da Segunda Guerra e pelo fantasma do totalitarismo, sendo, por isso mesmo, bem menos matizado. Nele, Lasswell reconhecia que, embora pudesse ser uma aspiração de toda a humanidade livrar-se do poder — que aqui ainda não aparece como uma relação —, eliminar toda e qualquer forma de coerção seria uma possibilidade muitíssimo remota. O que caberia, portanto, como tarefa urgente e realista, seria limitar o poder, subordiná-lo, pô-lo a serviço do respeito à dignidade do homem (Lasswell, 1962, p. 109).

O governo seria sempre exercido por um número restrito de líderes, recrutados em uma elite. Afirmá-lo, porém, não significaria, em absoluto, dizer que essa elite seria necessariamente restrita, ou que a democracia, por definição, seria impossível. O que identificaria a democracia, além do respeito, seria o caráter aberto da elite, tendendo mesmo, no limite, a abarcar a sociedade como um todo:

“To meet our definition of democracy, leaders must be drawn from the community at large, rather than from a few social strata. The term ‘elite’ is used in descriptive political science to designate the social formation from which the leaders are recruited. In nondemocracies the elite is limited. [...] Democratic leadership is selected from a broad base and remains dependent upon the active support of the entire community. With few exceptions, every adult is eligible to have as much of a hand in the decision-making process as he wants and for which he is successful in winning the assent of his fellow citizens. There is no monopoly of power in a ruling caste when such conditions prevail, and the whole community is seedbed from which rulers and governors come. The elite of democracy (‘the ruling class’) is societywide” (*ibidem*).

A idéia de que, como nos sistemas autoritários, a democracia também teria as suas

elites, com a diferença de que seriam abertas, deu origem, após a Segunda Guerra, a uma série de análises sobre os grupos dirigentes nos chamados totalitarismos, tanto de direita quanto de esquerda. Alguns desses estudos, produzidos no início dos anos 1950, foram reunidos por Lasswell e Lerner em *As Elites Revolucionárias*. Tratava-se de seis textos: dois sobre as elites comunistas, do Politburo e do Kuomintang; dois sobre as fascistas e as nazistas; um sobre as perspectivas do que entendiam como os ideólogos da coerção; e um que apresentava uma metodologia para o estudo das revoluções em geral. Embora estivesse centrada, primordialmente, nas elites totalitárias, o objetivo da coletânea, na palavra de seus organizadores, era trazer novos elementos para a reflexão sobre a própria democracia, permitindo prever tendências e, na medida do possível, e do desejável, revertê-las (Lasswell e Lerner, 1967, p. 9).³⁸

Chegamos assim — após Lippmann, Schumpeter e Lasswell — a David Riesman que, em algum nível, foi o pivô das discussões travadas entre Mills e os pluralistas. Na verdade, um dos adversários eleitos por Mills em *A Elite do Poder* seria o que chamava de pluralismo romântico, e que identificava, justamente, com as posições de David Riesman que, em conjunto com Nathan Glazer e Reuel Denney, havia publicado, em 1950, *A Multidão Solitária. Um Estudo da Mudança do Caráter Americano*.

Riesman forjou o conceito de grupos de veto, com o qual procurou dar conta de duas tendências que, a seu ver, estavam configuradas na política americana. A primeira delas, era a de uma alteração no que chamava de ânimo político, que vinha passando de um quadro de indignação para um de tolerância. A segunda, era a de uma mudança no padrão de tomada de decisão política, o que significava que a dominação de uma única classe governante vinha cedendo lugar a um quadro de dispersão do poder entre grupos de pressão concorrentes (Riesman, Glazer e Denney, 1971, p. 232).

A configuração do poder nos Estados

Unidos, portanto, teria passado de uma hierarquia com uma única classe dominante no topo, para, segundo os autores, uma multiplicidade, uma pluralidade de grupos de veto (*idem*, p. 276). O que se poderia concluir daí é que as antigas teorias de classes dirigentes não eram mais adequadas para explicar a realidade americana, sendo necessária a conformação de um novo arcabouço conceitual (*ibidem*).

A chave para a compreensão de tais mudanças na configuração do poder lhes teria sido dada pelo estudo dos *lobbies*. Estes se constituíam em grupos que lutavam não apenas pelo poder e pela implementação de medidas favoráveis aos seus interesses, mas, igualmente, pelo veto a políticas que lhes eram adversas.

Cada grupo de veto procurava, é claro, impor-se aos demais, criando uma situação de monopólio político. Tal tendência, no entanto, era claramente contrabalançada pela ação eficaz dos demais grupos, criando uma estrutura amorfa, em que não se distinguiam governantes de governados, marcada pela tolerância mútua. Nesse quadro, muito mais do que buscar a liderança, os grupos de veto se constituíam em associações de defesa (*idem*, pp. 282-4).³⁹

Para Mills, essa postura intelectual conduzia, inevitavelmente, a uma situação de irresponsabilidade política de efeitos altamente deletérios. E esse risco era maximizado pelo fato de os Estados Unidos se encontrarem, então, imersos em um clima de Guerra Fria, de perseguição aos inimigos tanto externos quanto internos, de ameaça de enfrentamentos armados. Dizia o autor:

“A maior atração do pluralismo romântico para as pessoas de tendência conservadora é tornar desnecessária qualquer justificativa explícita dos homens encarregados ostensivamente dos assuntos públicos. Pois se estão todos equilibrados, cada um deles é realmente impotente, e nenhum círculo superior, nem qualquer disposição institucional, pode ser responsabilizado pelos acontecimentos e decisões de nossa época. Portanto, todo esforço político sério é realmente uma ilusão que os homens sensatos podem observar com

interesse, mas pelo qual certamente não se deixarão envolver moralmente” (Mills, 1962, p. 392).

Partindo, porém, de um ponto próximo ao de Riesman, um outro pluralista, David Truman, procurou dar conta de algumas das preocupações presentes em Mills (Bachrach, 1962, p. 439; Walker, 1966, p. 287; Parry, 1969, p. 65). Em “The American System in Crisis”, artigo publicado em 1959, Truman debruçou-se sobre aqueles que considerava os elementos de ameaça ao sistema político americano, sendo um deles o próprio macarthismo.

O autor começa afirmando que, desde a Segunda Guerra, o sistema político americano vinha sendo colocado diante de repetidos, ou mesmo crônicos, desafios, entendidos como tais a Revolução Chinesa e o Sputnik, que levava a União Soviética à frente da corrida espacial. Dependendo, entretanto, da forma como o sistema a eles respondesse, sua própria sobrevivência poderia ser colocada em jogo, e isso por duas vias: a primeira delas, minando a posição de liderança dos Estados Unidos no concerto das nações ocidentais; a segunda, e para a qual o ensaio de Truman se voltava, destruindo a própria democracia através de medidas inadequadas, fruto da incompreensão quanto às reais fontes de ameaça (Truman, 1959, p. 482).

Truman chama a atenção para o que seria uma extensa, e fundamental, estrutura política intermediária — formada por grupos de interesse, associações, sindicatos e igrejas, entre outros —, que faria, bem entendido, a mediação, e não a subordinação ou a dominação, entre o governo e o cidadão comum. Essa teia, essa estrutura, segundo Truman, de evidente traço pluralista, seria um fato central na distribuição do poder na sociedade americana (*idem*, p. 488).⁴⁰

Aqueles que ocupavam posições de liderança dentro desses grupos constituiriam uma elite em um sentido puramente técnico, neutro. Eles seriam, é certo, influentes e privilegiados, mas, por isso mesmo, estariam interessados, e atuariam no sentido da manutenção do sistema do qual provinham seus privi-

légios. Não chegariam eles, contudo — e aqui a crítica a Mills era direta —, a conformar uma elite no sentido de uma classe governante unificada, autoconsciente, até mesmo porque não tinham origens sociais e geográficas comuns (*idem*, pp. 488-9).

Na avaliação de Truman, isso poderia representar um fator gerador de vulnerabilidade e instabilidade para o sistema. Sem os vínculos mútuos de uma origem ou de uma tradição comuns, essa heterogênea estrutura de elite deveria ser costurada pela adesão ao sistema e pelo empenho na sua proteção. Tal adesão, contudo, não se daria com base em grandes idéias ou doutrinas transcendentais, mas sim na compreensão da natureza do sistema em si, e na percepção do impacto que, sobre ele, poderiam provocar determinadas práticas, vindo a constituir-se em uma ameaça.

É claro, contudo — e essa seria uma segunda fragilidade do sistema —, que a percepção de uma ameaça, por si só, não traria como decorrência necessária a reação mais apropriada. Em outros termos, ela não forneceria, obrigatoriamente, um guia claro das maneiras mais adequadas para se neutralizar as ameaças. Desse modo, as saídas encontradas poderiam, muitas vezes, ao invés de eliminar o risco, representar um perigo ainda maior para o sistema, como seria o caso do macarthismo.

Esse ponto é importante pois, para Truman, o sistema político democrático americano era conformado por um conjunto de procedimentos universais, que envolviam não apenas aspectos formais, como os legais, mas também éticos e morais, relacionados, por exemplo, com a livre expressão, com a legitimidade do dissenso. Os conflitos e as divergências entre segmentos de elite, portanto, seriam, em si mesmos, perfeitamente cabíveis e absorvíveis pelo sistema. O seu encaminhamento, contudo, é que poderia acarretar sérios problemas. Isso ocorreria, por exemplo, se fosse negada a universalidade dos procedimentos, se fosse vedado o acesso a eles a uma ou algumas das partes em litígio. Nesse caso, todo o sistema ficaria enfraquecido, em situa-

ção de risco (*idem*, pp. 490-2). Caberia à própria elite, e não à massa, na visão do autor, o papel de fazer frente a tais ameaças, garantindo a continuidade do sistema:

“Resistance to this threat cannot be expected from the mass of ordinary citizens, not because their ‘appetites and passions’ are ungoverned by reason, and not because they are unattached by constitutional ideals when they know them to be threatened, but because the division of labor that exists in our political system does not locate among them the responsibility or even the opportunity directly to perceive the less obvious threats hidden in responses to events taking place in an unfriendly spot halfway around the world” (*idem*, p. 496).

No caso específico do senador McCarthy, o problema maior, segundo Truman, não teria sido tanto o apoio por ele obtido de algumas áreas, mas, justamente, a lentidão dos elementos da estrutura intermediária, a elite não-autoconsciente, na mobilização para a defesa do sistema, mesmo quando a ameaça já havia se tornado claramente perceptível (*idem*, p. 495).

A importância da estrutura política intermediária para a democracia foi ressaltada por um outro expoente do pluralismo, William Kornhauser, em particular em seu livro *The Politics of Mass Society*, publicado em 1959.⁴¹ Sua questão inicial é a de quando, e em que condições, a atividade política abandonaria as formas institucionalizadas para adotar a ação direta e incontrolada das massas. Para respondê-la, o autor busca, por um lado, estudar as bases de apoio do comunismo, do fascismo e de outros movimentos de cunho popular que atuariam por fora, e contra, a ordem instituída; por outro, ele analisa as bases de sustentação das instituições liberal-democráticas, tendo como central a hipótese de que, enquanto fosse caracteristicamente de massas, uma sociedade seria vulnerável a movimentos destrutivos. Na medida, porém, em que fosse pluralista, se assistiria ao fortalecimento das instituições liberal-democráticas (Kornhauser, 1960, p. 7).

Segundo Kornhauser, a sociedade de

massas não deveria ser identificada à sociedade moderna, nem associada a alguma classe específica, como o proletariado em particular. Qualquer classe, ou mesmo todas, poderia dar origem a uma massa, aqui entendida como um grande número de pessoas indiferenciadas, não vinculadas a nenhuma forma de organização social. Na verdade, as classes pouco pesariam no comportamento político das sociedades de massas. O que as caracterizaria, de fato, seria a pulverização, a atomização. Os indivíduos, ali, estariam relacionados não entre si, mas diretamente a uma autoridade comum, ao Estado (*idem*, pp. 13-6, 32).

Nessa relação direta, as elites poderiam ser altamente acessíveis às pressões das não-elites. Por outro lado, as não-elites também poderiam apresentar um alto grau de disponibilidade à mobilização pelas elites. Tal conjunção, na visão do autor, apresentaria um grande poder destruidor (*idem*, p. 39).

Kornhauser faz uma crítica aos que, na caracterização da democracia, enfatizavam apenas a amplitude da base de recrutamento, a facilidade de ingresso na elite, o que significava, em contrapartida, que as não-elites teriam um razoável nível de influência sobre as tomadas de decisão. Para ele, uma elite aberta, formalmente representativa de todos os estratos da população, não significaria, necessariamente, possibilidade generalizada de influência sobre ela. Afinal, essa mesma elite, heterogênea em suas origens, poderia também terminar constituindo um sistema fechado, com interesses distintos (*idem*, pp. 52-3).

Um indicador mais preciso da extensão da influência externa sobre as elites seria a participação das não-elites na sua seleção. A influência, presumivelmente, cresceria na razão direta da própria participação (*idem*, p. 53). A ampla participação, no entanto, também não seria suficiente para, por si só, dimensionar o acesso às elites. Seria preciso, igualmente, haver alternativas, diversidade de escolhas, a fim de que a participação eleitoral não fosse um mero ritual eleitoral, como em países autoritários. Além disso, a fim de evitar a manipulação do voto, seria indispensável

que houvesse liberdade, canais abertos de comunicação. Em suma, seria fundamental a competição entre as elites, uma vez que, somente assim, poderia haver escolha e canais abertos. Mais ainda, apenas em um quadro de concorrência as elites, buscando manter suas posições, seriam mais sensíveis aos apelos e reivindicações das não-elites, mesmo fora dos períodos eleitorais (*idem*, p. 55).⁴²

Haveria, ainda, um outro elemento de enorme importância no que diz respeito ao acesso às elites, e que diferenciaria as liberal-democracias das sociedades de massa: a estrutura intermediária. Nas sociedades de massa ela seria fraca, ou mesmo inexistente, deixando elites e não-elites diretamente expostas umas às outras (Kornhauser, 1960, p. 76).

Não seria, porém, apenas o fato de a estrutura intermediária ser forte o que caracterizaria o pluralismo, na opinião de Kornhauser. Ele implicaria também, como uma outra dimensão básica, múltiplas filiações para o indivíduo, o que significaria que nenhuma associação poderia reivindicar o controle sobre todos os aspectos de sua vida, como seria típico do totalitarismo. Apenas uma diversidade de tais grupos, não-inclusivos e independentes, protegeria elites e não-elites umas das outras, além de, a um só tempo, permitir um melhor exercício do controle liberal-democrático (*idem*, p. 81).

Isso se daria pelo fato mesmo de que, através da pressão organizada, esses grupos permitiriam o acesso das não-elites ao processo de tomada de decisão, mantendo as elites mais sensíveis e responsáveis. Ao mesmo tempo, como a pressão seria mediatizada, com pouca participação direta, as elites poderiam manter sua independência, sua autonomia (*idem*, p. 82). Concluindo, portanto, nas palavras do autor:

"In summary, a liberal democracy requires widespread participation in the selection of leaders, and a large amount of self-governing activity on the part of non-elites. It also requires competition among leaders and would-be leaders, and considerable autonomy for those who win positions of leadership. [...] A plurality of independent and limited function groups supports liberal de-

mocracy by providing social bases of free and open competition for leadership, widespread participation in the selection of leaders, restraint in the application of pressures on leaders, and self-government in wide areas of social life. Therefore, where social pluralism is strong, liberty and democracy tend to be strong; and conversely, forces which weaken social pluralism also weaken liberty and democracy" (*idem*, p. 231).

Outros dois nomes bastante citados na linha pluralista, elitista democrática, são, como já vimos, os de Seymour Lipset e Suzanne Keller (Walker, 1966, p. 286; Finley, 1988, pp. 17-8; Diesing, 1982, p. 155; Parry, 1969, p. 65). Um dos trabalhos mais referidos de Lipset é sua introdução à edição americana de *Political Parties*, de R. Michels. O próprio Lipset, aliás, qualificava-se ali como um elitista democrático (Lipset, 1968, p. 33).⁴³

A grande contribuição de Michels, segundo Lipset, teria sido a demonstração de que a oligarquia não era um defeito da democracia, mas uma característica geral de qualquer sistema social complexo. Com isso, ele teria jogado por terra o conceito rousseauiano de democracia popular direta, que seria a base das teorias democráticas tradicional e socialista (*idem*, p. 15).

Era preciso, na perspectiva de Lipset, adotar uma visão mais realista da democracia. Mesmo nela, afinal, nem todos participariam de forma ativa nas tomadas de decisão. Além disso, era sabido que as elites organizacionais permaneciam em suas posições por longos períodos, desenvolvendo interesses de grupo que as distanciavam daqueles que elas representavam. Não haveria, assim, como eliminar a divisão entre dirigentes e dirigidos (*idem*, pp. 34-5).

Se mesmo na democracia as elites eram uma presença inevitável, o que a diferenciaria de outros sistemas seria, basicamente, concordando com outros autores, a livre concorrência. Não seria, destarte, o ideal grego que nortearia a democracia, mas sim a competição entre grupos organizados, acrescida do acesso dos dirigidos aos dirigentes. Essa possibilidade impediria que qualquer grupo suprimisse

os demais e, por essa via, garantiria a própria democracia (*idem*, pp. 36-7).⁴⁴

Para Suzanne Keller, o destino das sociedades industriais estava atrelado ao que chamava de elites estratégicas, minorias de indivíduos socialmente importantes, cuja missão seria servir à coletividade, tomando para si a responsabilidade pela realização de grandes metas e, igualmente, pela continuidade da ordem social (Keller, 1963, p. 15). Essas elites não se confundiriam com classes sociais. Sua origem não se limitaria à divisão social do trabalho, guardando relação com a própria heterogeneidade da comunidade, de acordo com sexo, idade, etnia e assim por diante. Assim, enquanto havia apenas uma classe dirigente em uma sociedade, poderia haver tantas elites estratégicas quantos segmentos e atividades sociais existissem. Por isso mesmo, à diferença das classes dirigentes, as elites estratégicas dificilmente se tornariam despóticas, tendendo, antes, para uma autonomia estrutural e funcional.

As elites estratégicas se distinguiriam das classes dirigentes também no que toca ao recrutamento. As classes dirigentes teriam um acesso mais ou menos monopolizado às posições dominantes e, desse modo, poderiam transmiti-las a seus descendentes através de herança. Já as elites estratégicas seriam abertas, selecionadas com base na motivação, na capacidade e no mérito individuais, o que significaria igualdade de oportunidades (*idem*, p. 69).⁴⁵

Fundamentais para a ordem social, fruto da especialização e da segmentação, as elites estratégicas seriam, de uma só vez, inarredáveis e indispensáveis, até nos sistemas democráticos. Mesmo nestes, elas tenderiam a se dissociar e a se tornarem autônomas em relação aos seus representados. Essa característica, comumente apontada como sinal de corrupção, resultado da vontade de poder, de domínio, de exploração, nada mais seria do que um processo natural, e básico, para o desempenho de suas funções. Somente dessa forma elas poderiam agir para o sistema, em vez de sob o sistema. Apenas dessa maneira

elas poderiam transcender as visões fragmentadas dos homens comuns, dividindo a sociedade e seus problemas de maneira ampla, geral, a fim de proceder à sua costura do tecido social (*idem*, pp. 79-83).

De todos os autores que figuram na linha-gem pluralista, o mais identificado com a crítica ao monismo e, assim também, a Mills, é Robert Dahl (Albertoni, 1990, pp. 167-8; Alford e Friedland, 1985, pp. 199-200; Bachrach e Baratz, 1962, p. 947; Diesing, 1982, p. 155; Merelman, 1968, p. 451; Walker, 1966, p. 285;). Tanto Bobbio quanto James Meisel e Geraint Parry se referem a ele como o mais autorizado e influente crítico de Mills (Bobbio, 1991, p. 389; Meisel, 1962, p. viii; Parry, 1969, p. 120).⁴⁶

Em “A Critique of the Ruling Elite Model”, artigo de 1958, referido diretamente a Mills e também a Hunter, Dahl propõe um teste através do qual se poderia averiguar a existência de uma elite do poder unificada. Seu ponto de partida era, também, o do poder entendido como faculdade de tomar e de impor decisões ao restante da sociedade. O que, para ele, seria preciso testar é se, de fato, prevaleceriam as preferências de um grupo específico na tomada e na imposição de decisões fundamentais (Dahl, 1958, p. 464).

Esse, porém, seria apenas um dos pontos que deveriam ser verificados, visto não bastar, segundo Dahl, que o grupo tivesse controle sobre as decisões. Ele deveria, ainda, ter unidade. Por outro lado, sua influência não poderia se restringir a uma área, a um *issue*, apenas, e em um único momento, devendo ser ampla, generalizada e regular. Nem Hunter nem Mills, no entanto, teriam submetido sistematicamente suas hipóteses a tais testes, o que poria em dúvida suas conclusões (*idem*, p. 465).

Em *Who Governs?*, Dahl procura trabalhar essas questões a partir de um estudo do poder na cidade de New Haven, colocando a seguinte questão inicial: de que modo funcionava o sistema democrático em uma situação, como a que se observava nos Estados Unidos, de distribuição desigual de recursos — riqueza,

conhecimento e posição social, entre outros —, mas em que quase todos os adultos tinham o direito de votar? Essa desigualdade se refletiria na capacidade de os cidadãos influenciarem as decisões, ou em sua possibilidade de controlar o governo? Haveria uma cumulatividade nas desigualdades, isto é, os mais desprovidos de um determinado recurso seriam, igualmente, os mais desprovidos de todos os outros recursos? Essa desigualdade desembocaria na oligarquia ou no pluralismo? (Dahl, 1964, pp. 1-8).

O que o autor tenta mostrar é como, em New Haven, assistiu-se, historicamente, à passagem de um modelo de liderança oligárquico para um pluralista e, ao mesmo tempo, de um padrão cumulativo de desigualdades para um não-cumulativo. Isso significa dizer que, ainda que existissem desigualdades, não decorreria daí, necessariamente, que os indivíduos estivessem de todo destituídos de recursos ou da capacidade de influência, e que o poder estivesse concentrado nas mãos de um único grupo, fechado e coeso (*idem*, *passim*).⁴⁷

Se, contudo, o que se teria afirmado em New Haven foi um quadro pluralista, sem uma elite dirigente, seria preciso ver, igualmente, que não se teria, ali, um governo do e pelo povo. Nas palavras de Dahl:

“Within a century a political system dominated by one cohesive set of leaders had given way to a system dominated by many different combination of political resources. It was, in short, a pluralist system. If the pluralist system was very far from being an oligarchy, it was also a long way from achieving the goal of political equality advocated by the philosophers of democracy and incorporated into the creed of democracy and equality practically every American professes to uphold.

An elite no longer rules New Haven. But in the strict democratic sense, the disappearance of elite rule has not led to the emergence of rule by the people. Who, then, rules in a pluralist democracy?” (*idem*, p. 86).

Na verdade, apenas uma pequena parcela de cidadãos teria uma presença política mais evidente, interessando-se pelas grandes deci-

sões, participando das discussões e das ações. Essa parcela seria o que Dahl chama de estrato político, por oposição ao apolítico, formado pelo restante dos cidadãos, pela maioria. Para o primeiro, a política seria uma referência bastante forte, suas escolhas e estratégias seriam calculadas, racionais, suas escolhas coerentes e consistentes. Para o segundo, ela seria algo distante, suas escolhas seriam fruto não tanto de um cálculo racional, mas da inércia, do hábito, de lealdades, de vínculos pessoais, emoções e impulsos, e suas orientações, por seu turno, seriam desconexas e não-ideológicas (*idem*, pp. 90-1).

Apenas o estrato político — portanto, uma pequena fração dos cidadãos — teria uma influência direta nas decisões, propondo ou vetando algumas delas. Isso não significaria, porém, que o restante dos cidadãos não pudesse exercer influência, ainda que indireta, ou que não tivesse seus interesses garantidos. Afinal de contas, em um quadro concorrencial, os líderes buscariam garantir suas eleições através de um fluxo de recompensas, ou da promessa de recompensas, em um sentido bastante amplo, principalmente àqueles que os apoiassem, e, além disso, seriam obrigados a manter-se dentro de determinados limites (*idem*, p. 102).⁴⁸

O Elitismo Democrático na Europa

Muito embora tenha sido nos Estados Unidos que, segundo os comentadores, a teoria das elites, sobretudo em sua perspectiva pluralista, elitista democrática, tenha se desenvolvido mais plenamente, alguns nomes europeus, além dos três pais fundadores, são também incluídos em sua genealogia. São eles Ortega y Gasset, Raymond Aron, Karl Mannheim, Ralf Dahrendorf, Maurice Duverger e Giovanni Sartori, sendo os três primeiros, cronologicamente anteriores, reconhecidos como tendo exercido influência sobre o elitismo democrático de modo geral (Albertoni, 1990, p. 201; Alford e Friedland, 1985, p. 251; Bachrach, s/d, pp. 2, 26-46; Bobbio, 1991, p. 389; Bottomore, 1965, pp. 14-8; Keller, 1963,

pp. 16, 24-6; Kornhauser, 1960, pp. 21-2; Meisel, 1962, pp. 348-50; Parry, 1969, p. 146).

Não era nas elites, na verdade, que o ensaísta espanhol Ortega y Gasset tinha seu objeto de reflexão privilegiado. Se a elas se referia, era como subproduto de sua preocupação central. Seu livro *A Rebelião das Massas*, geralmente citado, reúne ensaios publicados na Espanha em fins da década de 1920, tendo como fio condutor, conforme o próprio título indica, o problema das massas ou, mais especificamente, sua presença pública. Era a visibilidade, a objetividade das massas, a sua afirmação como um poder social, que o instigava a escrever, considerando tratar-se de um sério problema (Ortega y Gasset, 1959, pp. 55-7). Dizia ele:

“A multidão, de repente, tornou-se visível, e instalou-se nos lugares preferentes da sociedade. Antes, se existia, passava inadvertida, ocupava o fundo do cenário social; agora adiantou-se até as gambiarras, ela é o personagem principal. Já não há protagonistas: só há coro” (*idem*, p. 57).

Para Gasset, em uma visão bastante próxima à de Le Bon, a sociedade dividia-se não em classes, mas em massa e minorias excelentes. Enquanto estas eram livres, o homem-massa marchava ao acaso, ao sabor dos acontecimentos. Ele deveria ser dirigido, sugestionado, representado, organizado. Incapaz de gerir sua própria existência, a ele não poderia ser confiada o destino de uma sociedade (*idem*, p. 161).⁴⁹

As minorias excelentes, sustentava Ortega y Gasset, eram sinônimo de nobreza, mas não no sentido de sangue. O nobre era aquele que se sobressaía, que se individualizava, que se diferenciava da massa anônima. E essa capacidade não seria dada pela origem, pela hereditariedade. A circunscrição da nobreza à origem de sangue, à hereditariedade, representaria, na verdade, uma degenerescência (Ortega y Gasset, 1959, pp. 108-9).

A tese do autor espanhol, sua visão do homem-massa, foi incorporada posteriormente por Mannheim, a fim de refletir sobre o problema da democracia, tema central de vá-

rios de seus estudos. Em um ensaio de 1933, ele já tece considerações sobre a democratização da cultura, argumentando que se poderia observar, de um modo geral, uma tendência inexorável no sentido da democratização.

Isso pode parecer contraditório se nos lembrarmos que Mannheim escrevia em uma Alemanha que assistia à chegada de Hitler e do nazismo ao poder, e em um momento em que a Itália já se encontrava sob o jugo do fascismo. Para ele, porém, uma ditadura só poderia surgir de uma democracia, que teria conferido maior fluidez à vida política. A ditadura poderia ser vista como uma das formas de a sociedade democrática procurar resolver seus problemas (Mannheim, 1957, p. 244).

É interessante observar como, em um contexto não de afirmação, mas de crise da democracia — inverso, portanto, ao que estavam inicialmente referidos Mosca, Pareto e Michels —, Mannheim, à diferença destes, lança mão da tese elitista não para criticar a democracia, mas sim para sustentar — como o fariam todos os elitistas democráticos — que as duas não eram incompatíveis, que a existência e, mais do que isso, a inevitabilidade das elites, não negava a democracia. Iniciava ele observando que o princípio da igualdade entre os homens, embora básico, não implicava no seu nivelamento mecânico. Em concorrência alguns poderiam, é claro, se mostrar superiores aos outros. O fundamental, contudo, seria garantir que a competição fosse justa, impedindo que alguns partissem já de uma melhor posição social, alcançada por nascimento, por herança (*idem*, pp. 250-1).

Era preciso ver, além disso, segundo o pensador alemão, que, em sociedades extensas, a democracia direta, participativa, era impossível. Nesse caso, portanto, a direção política real estaria sempre nas mãos de minorias. O que se afigurava como importante, de modo a assegurar o princípio democrático, era o processo de formação das minorias e o acesso a elas por parte dos cidadãos comuns (*idem*, p. 255).

No sistema democrático, as minorias, na

visão de Mannheim — retomando, ainda que não o cite, a idéia de Mosca —, deveriam ser selecionadas a partir de uma base aberta, ampla, não se enclausurando em um único grupo. Isso significaria admitir, ao mesmo tempo, a possibilidade de conformação de elites distintas, tanto em sua estrutura quanto em seus modos de auto-interpretação, ou de representação. A democracia se caracterizaria, portanto, pela quebra, justamente, da homogeneidade da minoria governante, e é nesse sentido que ele a perceberia como uma tendência inexorável (*idem*, p. 284).

Esses temas foram retomados pelo autor em *Liberdade, Poder e Planificação Econômica*, livro do imediato pós-Segunda Guerra Mundial. Seu referencial, agora, eram as experiências totalitárias que, ao menos durante um certo período, conseguiram granjear ampla base de apoio popular. O centro de suas críticas foi, daquelas experiências, a que ainda vigia, isto é, a soviética.

Mais do que ressaltar o papel das minorias, o interesse de Mannheim era enfatizar o perigo que as massas representavam para a democracia. Ao apagar as diferenças, as identidades individuais, a massa — como Michels, Ortega y Gasset e, antes deles, Le Bon, já teriam ressaltado — tornava os homens propensos aos *slogans* e fórmulas demagógicas. Era a diferença, a diversidade de inserções e de filiações que impediam a massificação. Ao invés da massa, do povo, da maioria, a garantia da democracia recairia sobre a associação, a organização e suas lideranças correspondentes, as minorias, em uma inversão da tese clássica que, como vimos, seria, da mesma forma, moeda corrente no pensamento americano (Mannheim, 1972, pp. 115-8).

Essas questões também foram consideradas básicas nos trabalhos mais citados de Aron. A pluralidade das elites seria a marca fundamental da sociedade ocidental, por oposição à soviética, na qual seriam unificadas, como ressalta o autor francês, definindo, de saída, seu alvo teórico no artigo “Social Structure and the Ruling Class”, de 1950 (Aron, 1950, p. 10). Concordando com os elitistas

clássicos, Aron sustenta que o poder político seria sempre distribuído de forma desigual, mesmo nas democracias e nos regimes socialistas, o que significaria que esse não seria um bom critério para estabelecer diferenças entre as sociedades. Diz ele:

"[...] when people speak of the proletariat's seizing power, they are using a metaphor or symbol. Power never can be in the hands of millions of men. There is government *for* the people; there is no government *by* the people.

There may be two types of changes in the society: one type affects the constitution of the elite (let me explain once for all that by 'elite' I mean the minority which, in any society, performs the function of ruling the community), the other, recruitment to the elite" (*idem*, p. 9).

Por pensar em termos de pluralidade e também de uma competição entre as elites, Aron considera o conceito de classe dirigente como expressando uma unidade, embora tivesse tido, tal como empregado na tradição italiana, particularmente por Mosca, a função de criticar, ao mesmo tempo, a democracia formal e a real, e de desmascarar o mito da ditadura do proletariado. Em "Catégories Dirigeantes ou Classe Dirigeante?", artigo de 1965, ele propõe o uso preferencial do termo categorias dirigentes:

"Ce concept analytique désigne plutôt une fonction qu'un groupe social et, de ce fait même, il permet tout à la fois d'analyser l'organisation du Pouvoir, le rapport entre Pouvoir et société en un pays déterminé et d'esquisser des comparaisons entre pays et entre régimes. A toutes les époques des minorités occupaient les positions de puissance. En une société moderne, il existe inévitablement des minorités placées en des 'points stratégiques' (d'où le concept de *minorités stratégiques* que certains auteurs américains utilisent en un sens voisin de celui de catégories dirigeantes), minorités qui détiennent puissance ou influence non pas seulement en leur domaine propre d'activité mais aussi dans les affaires publiques" (*idem*, p. 17).⁵⁰

Aron, ao lado de Pareto e de Mosca, foi uma das referências do alemão Ralf Dahrendorf, em *As Classes e seus Conflitos na Sociedade Industrial*. O autor procura explicar as

mudanças estruturais na sociedade a partir de conflitos entre grupos dirigentes diversos. Tais grupos seriam conjuntos de líderes de associações ou de organizações definidas, podendo, portanto, haver tantos grupos dirigentes, competindo, conflitando ou se aliando entre si, quantas fossem as associações existentes. Eles seriam, destarte, plurais, o que significaria dizer que, para Dahrendorf, a idéia de uma classe dirigente única, monolítica, seria errônea (Dahrendorf, 1982, pp. 175-9).

Maurice Duverger, em *Os Partidos Políticos*, de 1951, também não se distancia desse conjunto de formulações. Buscando elaborar uma teoria geral dos partidos políticos, ele tem em Michels seu ponto de apoio fundamental, concordando com sua tese de que as organizações, mesmo as mais democráticas, seriam, inevitavelmente, sinônimo de oligarquia (Duverger, 1970, p. 188). A seu ver, contudo, isso não deveria levar à conclusão de que a democracia e o sistema representativo seriam inviáveis.

As noções de democracia prevalecentes, diz ele, eram irreais e escoradas em princípios filosóficos do século XVIII. Elas eram — em uma construção muito próxima à dos elitistas clássicos de maneira geral — fórmulas vazias, cujo sentido era muito mais o de facilitar os jogos de oratória e despertar entusiasmo, pon-do os homens em movimento. O povo nunca havia governado nem jamais governaria. Todo governo seria oligárquico, marcado pelo domínio de uma minoria (*idem*, p. 457).

O que o sistema partidário permitiria, em uma democracia, em um regime pluralista, seria garantir à noção de representação aquele que seria o seu verdadeiro sentido. Aqui, à diferença dos regimes de partido único, onde as elites seriam fechadas e perenes, se teria, efetivamente, uma classe dirigente aberta, saída do povo, e que se renovaria de tempos em tempos (*idem*, pp. 458-9).

A tese da elite aberta, acrescida da noção de pluralidade, seria encampada também por Sartori, em seu *Teoria Democrática*, de 1957, como forma básica demarcadora da democracia. Os democratas não tentariam alcançar a

liberdade e a igualdade pela simples anulação da liderança. Os anarquistas é que o fariam. E como, por outro lado, falar em liderança, em dirigentes, era o mesmo que falar em minoria, em um círculo restrito, a democracia poderia ser vista também como um sistema minoritário em que poucos lideravam e muitos eram liderados (Sartori, 1965, pp. 111-3).

Aqui, porém, há que se fazer uma ressalva. À diferença de outros autores, Sartori não vê as minorias em uma democracia como oligarquias. Sua leitura das elites democráticas é funcional, situacional. Elas, a seu ver, seriam fluidas, mutáveis, por oposição à fixidez dos regimes autocráticos. Haveria, portanto,

[...] uma diferença total entre uma minoria que constitui um grupo oligárquico, e as minorias que são grupos cumprindo certas funções. Se um grupo de controle é uma unidade fechada, e transmite seu poder por herança ou coescolha [*sic*], então esta é uma classe dirigente incompatível com a democracia. Mas se acontece que uma minoria dirigente se torna uma poliarquia de 'elites múltiplas' (como diz Riesman), que é o produto final de um processo de endogênese de líderes, e se ao invés de uma divisão de castas há um movimento vertical livre, então é uma democracia o que temos diante de nós" (*idem*, p. 131).

A poliarquia, a multiplicidade das elites, seria fundamental para um outro elemento básico, caracterizador da democracia: a concorrência. Para Sartori, a democracia também deveria ser vista como um conjunto de procedimentos, através dos quais a minoria que governava era designada e apoiada pela maioria governada (*idem*, p. 131). Era por isso, justamente, que as minorias competiam, e era a concorrência, em contrapartida, que permitia que a maioria tivesse liberdade de escolha e, mais, tivesse seus interesses atendidos.

Por aqui se chegaria, ainda, a um outro aspecto interessante. A existência de organizações, grupos e minorias diversas em competição reforçaria a democracia, mesmo que alguns deles fossem oligárquicos, autocráticos, em sua estrutura interna, forçando-os, no âmbito do sistema como um todo, a buscar o

aval da maioria. Organização oligárquica — e nesse ponto se fazia uma crítica direta a Michels —, portanto, para Sartori, não seria, necessariamente, sinônimo de sistema oligárquico (*idem*, p. 139).

A Crítica Neo-Elitista

Neo-elitismo foi o termo empregado por Richard Merelman (1968) para enquadrar as críticas de alguns autores americanos ao elitismo democrático. É importante destacar de saída, que essa crítica não significava, necessariamente, uma tomada de partido em favor das teses de Mills da unidade da elite. Tratava-se, antes, em linhas gerais — como de resto era também o pressuposto das análises de Mills —, de remeter o debate aos seus termos originais, indicando o descompasso entre democracia e governo de uma minoria. Ao contrário dos primeiros elitistas, todavia, o que se valorizava, era justamente o argumento democrático clássico, como podemos ver em Peter Bachrach e Jack Walker, os dois críticos mais citados (Diesing, 1982, p. 192; Albertoni, 1990, p. 167; Merelman, 1968, p. 451; Parry, 1969, pp. 143-56).⁵¹

O principal texto de Bachrach referido ao elitismo democrático foi *The Theory of Democratic Elitism*, de meados dos anos 1960, no qual qualifica o elitismo democrático como uma corrente dominante do pensamento político contemporâneo, que busca compatibilizar duas teorias conflitantes na sua origem: a democrática e a das elites (Bachrach, s/d, p. 1).⁵² Para Bachrach, o elitismo democrático seria, acima de tudo, uma tese ideológica:

"This general theory purports to be above ideology but is in reality deeply rooted in an ideology, an ideology which is grounded upon a profound distrust of the majority of ordinary men and women, and a reliance upon the established elites to maintain the values of civility and the 'rules of the game' of democracy. It is an ideology which is closely attached to and protective of the liberal principles embodied in the rule of law and in the rights of the individual to freedom of conscience, expression and privacy. While em-

bracing liberalism it rejects, in effect, the major tenet of classical democratic theory — belief and confidence in the people” (*idem*, p. 94).

Segundo o autor, tomar a democracia em termos puramente processuais, como fazia o elitismo democrático, significava adotar uma visão restrita da política como tomada de decisões.⁵³ Com isso, a ampliação da participação política se tornava irrelevante, ou mesmo desaconselhável, legitimando as tomadas de decisão das elites. O predomínio das elites e a passividade das massas, portanto, atenderiam perfeitamente aos requisitos básicos da teoria democrática, e qualquer tentativa no sentido de alterar esse estado de coisas seria irrealista e até perigosa, dado o suposto caráter antidemocrático das massas. Por essa via é que o princípio clássico da igualdade de poder seria substituído pelo da igualdade de condições para se alcançar uma posição de poder, igualdade de oportunidades (*idem*, pp. 96-8).⁵⁴

Para Jack Walker, a tese elitista democrática seria eminentemente conservadora, deslocando o eixo da questão democrática da participação ampla, como forma de desenvolvimento humano, de desenvolvimento do cidadão, para a operação concreta do sistema e sua eficiência. Nesse movimento, é como se a meta básica da democracia, seu objetivo primordial, passasse a ser a própria sobrevivência e estabilidade (Walker, 1966, pp. 288-9).⁵⁵ E segue o autor:

“The shortcomings of the elitist theory are not confined to its normative implications. Serious questions also arise concerning its descriptive accuracy and its utility as a guide to empirical research. The most unsatisfactory element in the theory is its concept of the passive, apolitical, common man who pays allegiance to his governors and to the sideshow of politics while remaining primarily concerned with his private life, evenings of television with his family, or the demands of his job. Occasionally, when the average citizen finds his primary goals threatened by the actions or inactions of government, he may strive vigorously to influence the course of public policy, but ‘Homo Civicus’, as Dahl calls him, ‘is not by nature a political animal’” (*idem*, p. 289).⁵⁶

Se a apatia era um fato, argumentava Walker, era preciso averiguar como a satisfação com o sistema ocorria e se expressava realmente. Enquanto o teórico elitista a tomava como um dado e como um requisito básico para a estabilidade, o democrata clássico a encarava como um sério problema (*idem*, pp. 289-91).

Mais ainda, os elitistas democráticos restringiam o pluralismo às disputas entre líderes, considerando-as uma forma de concorrência saudável e inovadora. Os movimentos sociais, em contrapartida, eram vistos como manifestações de anomia, ameaças à democracia, elementos perturbadores, expressões de extremismo político (*idem*, pp. 293-5).

O debate entre elitismo democrático e neo-elitismo, nos Estados Unidos, nos permite perceber, de modo claro, como uma disputa por posições acadêmicas pode se dar na base de categorias próprias aos embates políticos. O que se buscava ali não era, apenas, a ilegitimização científica do opositor através da denúncia de sua parcialidade, de sua não-objetividade, de sua contaminação ideológica, mas, igualmente, a sua própria desqualificação política.

Ambos os lados, é certo, procuravam demonstrar a insuficiência e o equívoco da análise adversária, além de apontar graves problemas metodológicos em seus respectivos levantamentos, comprometendo seus resultados de forma definitiva. Ao lado disso, entretanto, ou como se tal não bastasse, neo-elitistas acrescentavam a imputação de que o elitismo democrático seria, na verdade, uma ideologia conservadora, excludente, e uma tomada de posição política em favor da dominação dos poucos sobre os muitos. De fato, o próprio termo elitistas, por eles empregado para se referir aos pluralistas — como, de resto, empregado igualmente por estes para a eles se referir —, tinha essa mesma conotação, indicando que, no quadro americano de então, essa categoria poderia assumir o sentido de estigmatização política.

Desse modo, vê-se que tanto elitismo democrático quanto neo-elitismo não eram termos de auto-identificação, de repre-

sentação de si mesmos e do próprio grupo — embora alguns, como Lipset, como vimos, pudessem até aceitá-los —, mas categorias de ilegitimação que os respectivos adversários buscavam impor. Isso fica claro, por exemplo, pela resposta de Dahl a Walker em “Further Reflections on ‘The Elitist Theory of Democracy’”, texto de 1966:

“To substitute epithet for argument was, I am sure, not Professor Walker’s intention. Nonetheless, to stick the label ‘elitist’ on someone is to discredit half his argument without saying another word. Moreover, precisely because the term ‘elite’ carries many of the connotations that Professor Walker and most others are inclined to read into it — no matter how much an author may try to sterilize the term by definition — I have generally avoided the term in writing about American politics” (Dahl, 1966, p. 298).

Dahl procura, ainda, desqualificar o trabalho de Walker, comentando que ele pouco interesse teria despertado, se não fosse pela referência direta aos pluralistas e por sua tentativa de remeter todos eles, reduzindo-os, a uma doutrina única, como se formassem uma escola. Sem isso, “A Critique of the Elitist Theory of Democracy”, de Walker, na opinião do autor, teria passado como mais um artigo comprometido com o sucesso dos regimes populares (*idem*, pp. 297-8).

Raymond Wolfinger, aluno de Dahl, segue essa mesma linha, caracterizando, agora, a tese de Bachrach, como “most commonly adapted to the familiar leftist assertion that a covert business elite manipulates American politics in its own interests” (Wolfinger, 1971, p. 1063).

De todo modo, o chamado neo-elitismo representa um marco a partir do qual o debate sobre a teoria das elites, enquanto tal, começa a refluir nos Estados Unidos. Isso não significa, é claro, que tenha cessado por completo, ou que as elites tenham deixado de ser objeto de interesse, tema privilegiado de estudos. Pelo contrário, essa área de pesquisa continuou se mostrando bastante profícua, gerando uma enorme quantidade de trabalhos.

O que ocorre é que, pela genealogia consensualmente traçada, o neo-elitismo representa uma das últimas ramificações significativas da teoria. Na verdade, se observarmos bem, veremos que com Bachrach, Walker e os demais críticos do elitismo democrático, é como se o círculo da discussão se fechasse, retornando ao ponto de partida, mas, agora, em uma perspectiva favorável à democracia e infensa às minorias.

(Recebido para publicação em junho de 1995)

Notas

1. Autores como Renzo Sereno (1962, pp. 3-51) e Suzanne Keller (1963, pp. 16-24), embora reconheçam Mosca e Pareto como os primeiros formuladores e sistematizadores da teoria das elites, remontam a Aristóteles e Platão em sua busca das origens de uma preocupação com o tema. O inglês W. G. Runciman (1969, p. 64), por seu turno, mesmo qualificando Mosca e Pareto, em uma comparação com Marx e Weber, como patriarcas menores da Sociologia Política, identifica suas reflexões sobre as elites como uma contribuição efetiva.
2. Para um arrolamento de trabalhos sobre elites com uma orientação antropológica, ver também a coletânea de Marcus, principalmente sua parte introdutória (Marcus, 1983, pp. 7-57).
3. A obrigatoriedade da referência vincula-se, na verdade, à forma como é construído o objeto de análise. É a definição de um trabalho como um estudo de elites que impõe, de saída, qualquer que seja o campo disciplinar em que se insere, a referência necessária ao conjunto de autores e textos consagrados.
4. Todos os títulos de livros e artigos serão aqui citados na forma das edições consultadas e não, necessariamente, na original.

5. É interessante observar que um dos grandes entusiastas do pensamento de Pareto, responsável, entre outros, pela sua difusão nos Estados Unidos, ainda em fins da década de 1920, foi um bioquímico de Harvard convertido à Sociologia, Lawrence J. Henderson. Consagrado no campo da pesquisa biomédica, antes de se converter à Sociologia, seus trabalhos centravam-se, justamente, sobre o equilíbrio do sistema sangüíneo. A respeito de Henderson e seus seminários sobre Pareto em Harvard, ver Homans (1962, pp. 1-7); Coser (1971, pp. 423-5); Easton (1965, pp. 270-94); Heyl (1968); Russett (1966); Barber (1970).
6. Pareto confere um peso mais significativo aos sentimentos do que à razão, considerando-os os reais propulsores dos homens à ação. Sua teoria sociológica, por isso mesmo, foi várias vezes caracterizada como essencialmente psicologizante.
7. Para Michels, isso era ainda mais evidente no caso de indivíduos que não possuíam fortuna pessoal ou outras fontes de renda, como antigos operários que se tornavam líderes. A perda do cargo significava para eles um desastre. Desligados do hábito do trabalho manual e gozando de vantagens e privilégios que, de outra forma, dificilmente teriam, um retorno à antiga condição era, para eles, no mínimo dramática (Michels, 1982, p. 118).
8. Segundo Michels, um dos perigos da autonomização da liderança sobre a base da soberania popular, sobre a base, enfim, do ideal democrático, era o cesarismo. Amparado no que seria a vontade coletiva, justificando-se com o apoio de uma esmagadora maioria de votos, um indivíduo poderia passar a impor a sua dominação, suprimindo a própria democracia, e denunciando como antidemocrática qualquer forma de oposição ou protesto. Em nome da democracia, portanto, as maiores violências poderiam ser cometidas, o que equivale a dizer que a soberania poderia ser a raiz de sua própria supressão (Michels, 1982, p. 125).
9. *Sociologia dos Partidos Políticos* estava, ao que parece, diretamente referido às intensas discussões que vinham sendo travadas no interior do socialismo, envolvendo, entre outros, Rosa Luxemburg, Lenin e Kautsky, sobre a democracia direta e o caráter dos partidos operários. Por isso mesmo é que Michels, ele mesmo egresso da social-democracia alemã, foi alvo de comentários críticos de intelectuais militantes como Nicolai Bujarin, Antônio Gramsci e Georg Lukacs. Tanto Bujarin, quanto Gramsci e Lukacs centraram fogo na conclusão de Michels de que o socialismo era impossível, apesar de nenhum deles negar a veracidade das observações do sociólogo. Bujarin constrói seu contra-argumento sobre a base da impossibilidade científica de que os dirigentes, necessários mesmo no socialismo, viessem a se constituir em uma classe dominante, visto que não detinham a propriedade privada dos meios de produção (Bujarin, 1972, pp. 308-10). Gramsci, por sua vez, caminha pela diferenciação entre democracia de partido e democracia no Estado, sustentando que esta poderia exigir um partido fortemente centralizado. Mais ainda, a existência, segundo ele, de uma diferença entre chefes, particularmente intelectuais, que teriam uma importante função, e massas, desde que não se tratasse de uma distinção de classes, não seria suficiente para inviabilizar o socialismo (Gramsci, 1968, p. 109). Já Lukacs procura mostrar como Michels teria tentado denegrir a democracia operária, apresentando como leis sociológicas universais aquilo que, na verdade, seria um fenômeno singular, fruto específico, em seus termos, do reformismo social-democrata (Lukacs, 1958, p. 206).
10. Para um quadro geral do período, ver, por exemplo, Hobsbawm (1977; 1977a; 1988).
11. Os próprios usos do termo elite, como mostra Raymond Williams, sofreram alterações significativas, espelhando esse quadro de transformações. Até o século XVIII, ele era intercambiável com um outro termo, *eleito*, significando preferido, seletivo, distinto, em um sentido tanto

social quanto religioso. No século XIX, porém, o significado religioso foi expurgado, limitando-se a categoria a expressar distinção social ou excelência dentro de um grupo específico. Nessa linha, elite tornar-se-ia um equivalente de melhor, cumprindo, da mesma forma que o conceito de classe, mas em concorrência com ele, um importante papel classificatório, em um contexto de ruptura das antigas ordens de diferenciação social. Ao mesmo tempo, em uma conjuntura em que se ampliava a cidadania política e em que se afirmavam novos padrões de legitimidade, baseados, entre outros elementos, na escolha eleitoral, o termo elite também passou a significar aptidão, capacidade para o governo (Williams, 1981, pp. 96-8).

12. O historiador inglês Eric Hobsbawm também chama a atenção para isso. Segundo ele, a Revolução Francesa havia derrubado a sociedade aristocrática, mas não a aristocracia nem a influência aristocrática, que serviam de parâmetro para os novos grupos superiores (Hobsbawm, 1977, p. 203).
13. O historiador Michael Bidiss, em *The Age of the Masses*, observa que, por volta da década de 1870, uma boa parte dos países europeus já havia adotado instituições liberais parlamentares, o que contrastava com uma clara resistência ao princípio da igualdade política, expressa através de mecanismos de exclusão. Apesar das restrições, porém, teria ocorrido no período um avanço no sentido da política de massa (Bidiss, 1977, p. 38).
14. A recorrência de determinados temas que, segundo H. Stuart Hughes, teriam marcado a produção intelectual de fins do século XIX e início do XX, permitiria perceber seus produtores como pertencentes a uma geração específica — a de 1890. Foi, principalmente, naquela década e na seguinte que os pressupostos básicos do pensamento social dos séculos XVIII e XIX, identificados com o Iluminismo, teriam sido submetidos a um forte exame crítico. A geração de 1890 reagiu contra o pensamento positivo e o primado da racionalidade, assumindo um cunho marcadamente subjetivo; manifestou-se, também, contra o liberalismo, a democracia e o socialismo, colocando-se a tarefa de ir além do que julgava ser as ficções da ação política, os mitos, buscando a realidade que estaria por detrás deles, os verdadeiros detentores do poder — as elites (Hughes, 1958, pp. 33-6 e 63-6; sobre essa questão ver, também, Bidiss, 1977, pp. 14-5).
15. Para Mayer, o darwinismo social teria se convertido, naquele momento de remobilização da antiga ordem, em uma *weltanschauung*, na concepção de mundo predominante entre as classes dominantes e governantes da Europa (Mayer, 1987, p. 273).
16. Para Runciman, o que havia conferido notoriedade a Mosca, Pareto e Michels era, justamente, o fato de, em plena maré montante da democracia, terem acentuado o caráter inevitável das oligarquias. Em suas palavras:

“This strenuous reminder of oligarchy, though it may be only restating what has been said by others elsewhere, acquires a different and more powerful significance when seen against a background of purportedly democratic institutions and practices. The constitutional and organizational forms which all three authors discuss are the expression of expectations founded precisely upon the belief that democracy can be put into practice. To denounce this burgeoning orthodoxy, therefore, is to take up a position both provocative and original. To say that all previous governments have been oligarchies is interesting if not profound; to say that democratic governments are and always will be is startling” (Runciman, 1969, p. 70).

As observações de Bidiss (1977, pp. 132-3), Hughes (1958, pp. 63-7) e Parry (1969, p. 23) seguem nesse mesmo sentido.

17. Na verdade, essa leitura parece ser relativamente generalizada, como aponta Ferdinand Kogler (1967, p. 354). Além de Mayer e de Hirschman, podemos mencionar Norberto Bobbio, para quem a teoria das elites foi uma reação ideológica ao advento da sociedade de massa, tendo contribuído para dificultar a afirmação da democracia (Bobbio, 1991, p. 391). T. B. Bottomore, outro comentador bastante citado, atribui as teses de Mosca e de Pareto à sua oposição ao socialismo. Suas críticas à democracia, segundo ele, basear-se-iam no fato de que ambos a consideravam uma porta aberta para o socialismo (Bottomore, 1965, pp. 16-20). Esta é também a posição de Hughes (1958, pp. 78-9) e de Parry (1969, p. 27), para quem o pensamento elitista não poderia ser plenamente compreendido se não se levasse em conta o impacto do marxismo.
18. Como observa Bidiss, a emergência da sociedade, da cultura e da política de massas teria fornecido aos intelectuais de fins do século XIX seu tema básico de reflexão. Porém, uma vez que, em grande parte, consideravam as massas medíocres e incompetentes, eles terminaram por traçar um quadro extremamente cético e pessimista da sociedade europeia (Bidiss, 1977, pp. 14-5). Parte importante dessas avaliações se encontrava, como indica Hobsbawm, no campo da Psicologia. Autores como Gabriel Tarde e Gustave Le Bon voltaram-se para as ações das massas para demonstrar como os homens, em larga medida, eram guiados não pela razão, mas pelos instintos, pelos apetites, mesmo os mais baixos e violentos (Hobsbawm, 1988, p. 377).
19. Em *El Estado y la Revolución*, publicado em 1918, Lenin sustentava a tese de que, nas sociedades de classes, os sistemas de governo nada mais eram do que ditaduras, formas de opressão de uma classe sobre outra, sendo o Estado o instrumento dessa opressão. No capitalismo, portanto, a democracia, ao contrário do que se dizia, seria sinônimo de opressão de uma minoria, a burguesia, sobre uma maioria, o operariado. Já a ditadura do proletariado, esta sim se aproximaria do ideal democrático, visto que significava o governo, a imposição da vontade da maioria sobre a minoria (Lenin, 1978, *passim*). O caráter antidemocrático das idéias de Lenin e seu parentesco com as teses elitistas têm sido acentuados por diversos autores além de Hirschman, entre os quais Robert Dahl (1989, pp. 53-4), Seymour Lipset (1968, p. 17, nota 2), Peter Bachrach (*s/d*, p. 2) e Geraint Parry (1969, p. 55). Estes autores baseiam suas avaliações nos livros *Que Fazer?*, de 1902, e *La Enfermedad Infantil del 'Izquierdismo' en el Comunismo*, de 1920. Em ambos, Lenin expressa a visão de que, por si mesmas, as massas seriam incompetentes para promover um salto de qualidade no sentido do socialismo, necessitando da direção de uma organização de revolucionários conscientes. Em *Que Fazer?*, Lenin declara:

“Ora, eu afirmo: 1.º) que não seria possível haver movimento revolucionário sólido sem uma organização estável de dirigentes, que assegure a continuidade do trabalho; 2.º) que quanto maior a massa espontaneamente integrada à luta, formando a base do movimento e dele participando, mais imperiosa é a necessidade de se ter tal organização, e mais sólida deve ser essa organização (senão será mais fácil para os demagogos arrastar as camadas incultas da massa) [...]” (Lenin, 1978a, p. 96).

Em *La Enfermedad Infantil del 'Izquierdismo' en el Comunismo*, ele afirma:

“La tarea inmediata de la vanguardia consciente del movimiento obrero internacional, es decir de los partidos, grupos y tendencias comunistas, consiste en saber llevar a las grandes masas (hoy todavía, en la mayoría de los casos, adormecidas, apáticas, rutinarias, inertes, sin despertar) a esta nueva posición suya, o, mejor dicho, en saber dirigir no sólo su propio partido, sino también a estas masas, en el transcurso de su acercamiento y de su paso a esa nueva posición” (Lenin, 1979, p. 412).

20. Embora tivesse morrido em 1923, pouco depois da ascensão de Mussolini, Pareto foi tomado como um ideólogo do fascismo, um antecipador do novo regime. Michels, por sua vez, aderiu, efetivamente, ao fascismo, enquanto Mosca a ele se opôs, mesmo tendo, de algum modo, contribuído para a sua afirmação, através de suas críticas ao liberalismo e ao governo parlamentar.
21. O termo *manager* pode comportar diversas traduções, todas associadas à gerência, à administração, à direção de atividades econômicas. É essa diversidade mesmo, no entanto, que me leva a mantê-lo em inglês a fim de, em primeiro lugar, não empobrecê-lo, e, em segundo, não correr o risco de um anacronismo, impondo-lhe um sentido que não tinha à época em que Burnham o utilizou.
22. Em sua carta de renúncia, Burnham afirmava que a luta fracional no SWP o havia levado a rever suas crenças teóricas e políticas, concluindo que não podia mais se considerar, ou se deixar considerar marxista. Via agora o marxismo como uma doutrina obsoleta e sem sentido, que não permitia perceber que o socialismo não era nem inevitável nem a única alternativa ao capitalismo. A crença marxista ofuscava a percepção de que uma nova sociedade exploradora estava se conformando, sendo a mais provável sucessora do capitalismo, como se observava na Rússia. Essa cegueira seria ainda mais incrementada pelos partidos de tipo leninista, que eram, a seu ver, anticientíficos e antidemocráticos (Burnham *apud* Trotsky, s/d, pp. 237-40). Já após a guerra, no “Avant-Propos” da edição francesa de *The Managerial Revolution*, Burnham atribuía seus erros de previsão ao fato de que, ao escrever o livro, ainda se encontrava muito preso à concepção marxista, à influência de Trotsky (Burnham, 1947, p. xxiv).
23. Para informações mais detalhadas sobre esse processo de discussão e também sobre as diferentes posições em jogo, ainda que fornecidas por uma dessas posições, ver *Em Defesa do Marxismo*, de Trotsky (s/d). Além de textos e cartas por ele escritos como parte da discussão, há uma introdução dos editores com alguns esclarecimentos adicionais. Outro trabalho a ser consultado é *Trotsky — O Profeta Banido*, biografia escrita por Isaac Deutcher (1984).
24. Para uma outra avaliação crítica de *The Managerial Revolution*, em uma linha distinta, é claro, ver a resenha ao livro de Hans Gerth e Wright Mills. Eles referem-se a Burnham como o Marx dos *managers* (Gerth e Mills, 1942).
25. É interessante observar como, no caso da França, igualmente nos anos 1940, alguns círculos trotskistas se apropriaram, agora das teses de Max Weber sobre a racionalização e a burocratização do mundo moderno, também com o objetivo de combater as posições stalinistas (cf. Pollak, 1986, pp. 20-1).
26. A teoria das elites, em termos gerais, foi recebida nos Estados Unidos, dos anos 1920 até meados dos anos 1940, em larga medida, como uma forma de pensamento antidemocrático. Michels era o menos referido, embora seu trabalho já fosse conhecido, e bastante citado, desde, pelo menos, 1915, quando *Sociologia dos Partidos Políticos* foi traduzido para o inglês. Concessões eram feitas a Mosca, um democrata inibido para uns, um liberal realista para outros. Já Pareto, embora tivesse também seus defensores, era tomado, de modo recorrente, como fundamento e expressão do pensamento e da política fascistas (ver, por exemplo, Sorokin (1951, p. 41), Millikan (1936, p. 324), Sereno (1938, pp. 514-8), Marx (1939, p. 459), Bogardus (1942, p. 505), Spitz (1949, *passim*), Izzo (1964, pp. 470-1) e Busino (1966, p. 53)).
27. Para Burnham, embora Mosca fosse um crítico do sistema parlamentar, ele havia reconhecido ter sido nesse sistema que a humanidade havia alcançado seu nível mais elevado de civilização. Mosca, na verdade, nunca teria buscado utopias ou a justiça absoluta: o melhor

- seria o menos ruim. Já Michels, segundo Burnham, nunca teria extraído de sua lei de ferro da oligarquia a conclusão de que se deveria deixar de lutar pela democracia e pela limitação das tendências oligárquicas. Pareto, por seu turno, teria justamente acentuado a importância da circulação das elites para a saúde da sociedade (Burnham, 1943, pp. 114, 167 e 210).
28. Para uma visão mais detida do pensamento político de Burnham, a partir de seus vários trabalhos, ver Francis (1984).
 29. Trata-se do artigo "Interpretations of American Politics", de Bell, de 1955, incluído na coletânea *The New American Right*, por ele organizada, reunindo análises relativas ao macarthismo, reeditado em Bell (1964, p. 64). Ver também, sobre a caracterização de Burnham como um pensador conservador, Francis (1984, pp. 1-4) e Spitz (1949, *passim*).
 30. A rigor, a maior parte da reflexão americana sobre a questão das elites confunde-se com a dos *decision-makers* políticos. Para um quadro evolutivo dos estudos sobre *decision-makers* políticos, entre os anos 1940 e 1960, ver Marvick (1961, esp. pp. 15-9).
 31. A crítica marxista a Mills, como à teoria das elites de maneira geral, tem, basicamente, seguido por essa linha. O termo elite, a seu ver, eludiria a questão central das classes sociais. Várias tentativas, entretanto, foram feitas no sentido de compatibilizar o conceito de elite com a análise de classes, sendo uma delas a de Giddens (1975, esp. pp. 143-53).
 32. É interessante observar que o impacto do livro de Mills, entre os marxistas, não se restringiu ao contexto americano, tendo informado, igualmente, uma polêmica entre Ralph Miliband e Nicos Poulantzas, no periódico *New Left Review*. Mais do que a discussão de Mills ou da validade do conceito de elite na investigação social, o que se desenrolava ali era, em grande parte, uma disputa em torno de quem expressava a verdadeira teoria marxista e, ao mesmo tempo, de quem detinha a primazia na elaboração de uma análise marxista do Estado. Ver, sobre isso, além dos artigos referentes ao debate (Poulantzas, 1969; Miliband, 1970), os livros *Poder Político e Classes Sociais*, de Poulantzas (1977), e *O Estado na Sociedade Capitalista*, de Miliband (1982), que estão na sua origem.
 33. Kornhauser (1962, p. 252) também lembra que *A Elite do Poder* havia tido uma boa acolhida entre os intelectuais radicais americanos.
 34. Em uma passagem de *A Elite do Poder*, Mills também observava que era, em seus termos, a direita demagógica que dava, então, o tom da sensibilidade pública nos Estados Unidos. Ela não era questionada de forma efetiva pelos conservadores mais sofisticados, que haviam galgado posições de poder, pelos liberais, que se limitavam à pura retórica, nem mesmo pelos radicais, contidos por sucessivas derrotas (Mills, 1962, p. 393).
 35. A controvérsia em torno da unidade ou da pluralidade das elites, terminou por gerar uma infinidade de estudos de comunidades nos Estados Unidos. Apenas para se ter uma dimensão dessa produção, basta ver que, em uma bibliografia publicada em fins dos anos 1960, eram 240 os trabalhos citados (Wolfinger, 1971, p. 1063, nota 2).
 36. Um dos fortes interesses de pesquisa de Lasswell, até então, e em relação ao qual conferia um peso significativo, era o da influência do psiquismo individual na política, tema que vinha estudando no Laboratório de Personalidade da Universidade de Chicago. Algumas de suas conclusões podem ser observadas em seu *Psychopathology and Politics*, cuja primeira edição é de 1930 (Lasswell, 1960). Essa mesma questão foi trabalhada em *Power and Personality*, lançado no imediato pós-Segunda Guerra Mundial. Neste livro, Lasswell já levava em conta as experiências totalitárias e o papel de líderes como Hitler e Mussolini (Lasswell, 1962).

37. Com relação à questão do recrutamento, os autores introduziram uma nova classificação, através da qual é possível falar de uma classe dirigente como aquela em que os dirigentes são recrutados e no interesse da qual exerceriam o poder. Haveria, ainda, uma classe dependente, que também se beneficiaria, mas que não participaria da direção, e uma sujeita, com menor grau de participação e de acesso aos benefícios. O que Lasswell e Kaplan tinham em mente, mais uma vez, era relativizar a idéia de uma sociedade rigidamente dividida, agora entre dirigentes e dirigidos, preferindo a noção de um *continuum* de poder (Kaplan e Lasswell, 1979, pp. 246-7).
38. Lasswell publicou, ainda, alguns trabalhos de cunho mais metodológico, igualmente centrados nas elites. Em um deles, "The Elite Concept", escrito em co-autoria com Lerner e Rothwell, além de enumerar os passos indispensáveis a qualquer pesquisa sobre elites, ele a identificaria com os *decision-makers*, expressaria uma perspectiva pluralista e reforçaria a visão da ampla base de recrutamento como caracterizadora da democracia (Lasswell, Lerner e Rothwell, 1961, *passim*). Já em "Agenda for the Study of Political Elites", o autor recua até o século XIV, com Ibn Khaldun, para retratar a linhagem das grandes contribuições e dos precursores dos estudos de elites. Ele mostra, ainda, como, nos Estados Unidos, tais estudos vinham se voltando, justamente, para os *decision-makers* (Lasswell, 1961, pp. 264-5 e 275). Nessa mesma linha, ver também a introdução de Lasswell a *As Elites Revolucionárias*, "O Estudo das Elites Políticas" (Lasswell, 1967).
39. O conceito de grupos de veto, segundo o próprio Riesman, foi criado a partir de uma analogia com a noção de *countervailing power*, utilizada por John Kenneth Galbraith em seu livro *American Capitalism* (Riesman, Glazer e Denney, 1971, p. 50). O economista observara na economia americana, no período posterior à Segunda Guerra Mundial, marcada pela crescente restrição da concorrência pela monopolização, a conformação de um novo mecanismo regulatório, fruto do mesmo processo de concentração. Tal mecanismo — um poder que, de algum modo, neutralizaria a força de imposição das grandes empresas, ou dos grandes grupos de empresas — tinha a sua origem não nas semelhantes competidoras destas, mas em seus clientes ou fornecedores, naqueles, enfim, que estavam sujeitos a elas (Galbraith, 1952, p. 118). Nas palavras de Galbraith:
- "The fact that a seller enjoys a measure of monopoly return as a result, means that there is an inducement to those firms from whom he buys or those to whom he sells to develop the power with which they can defend themselves against exploitation. It means also that there is a reward to them, in the form of a share of the gains of their opponents' market power, if they are able to do so. In this way the existence of market power creates an incentive to the organization of another position of power that neutralizes it" (Galbraith, 1952, p. 119).
- O economista reconhecia, entretanto, que, para esse mecanismo, para o *countervailing power*, operar de forma eficaz, era preciso haver um mínimo de oportunidade e de capacidade de organização (*idem*, p. 131).
40. Truman retoma, aqui, alguns dos pontos centrais de seu trabalho anterior, de maior fôlego, *The Governmental Process* (Truman, 1963).
41. Para outras referências a Kornhauser como uma das figuras de proa do elitismo democrático, ver Bachrach (s/d, p. 26); Bobbio (1991, p. 390); Diesing (1982, p. 155); e Parry (1969, p. 143).
42. Cabe observar que uma das fortes ramificações da controvérsia monismo *versus* pluralismo se projetava, justamente, sobre a questão da participação eleitoral. Ambos partiam, de um modo geral, da constatação de que a participação eleitoral nas democracias era relativa-

mente baixa. Para os adeptos da tese da unidade da elite, como Mills, isso seria um mau sinal, sintoma de um baixo comprometimento com o sistema, decorrente do próprio monopólio do poder por uma minoria. Já para os pluralistas, como Seymour Lipset, o argumento democrático clássico de que uma participação ampla e generalizada era desejável não era necessariamente válido. O aumento da participação, a seu ver, poderia, na verdade, refletir um declínio da coesão social e uma quebra no processo democrático, como ocorrera na Alemanha no início dos anos 30 (Lipset, 1960, p. 32; cf. também, nessa linha, Milbrath, 1966, pp. 142-54). Dessa perspectiva, a abstenção e a apatia políticas poderiam mesmo figurar como elementos positivos. Essa era a posição do cientista político inglês W. H. Morris Jones, autor de “In Defense of Apathy”, artigo de 1954, no qual procura mostrar que a idéia do dever do voto seria mais própria ao campo totalitário do que ao da democracia liberal, não contribuindo, ao contrário do que se acreditava, para a defesa desta. Os não-apáticos, baseados em noções incorretas da democracia, teriam garantido a ascensão de Mussolini, Hitler e Stalin. A existência de uma parcela apática do eleitorado era um claro indicador dos limites da política — que não poderia pretender, por exemplo, resolver, de forma eficaz, os problemas da vida ordinária —, além de constituir-se em um amortecedor para os fanáticos, eles sim um real perigo para a democracia (Jones, 1954, *passim*). A mesma questão permeia dois artigos sobre o problema do consenso na democracia, ambos do início dos anos 1960, baseados em levantamentos estatísticos e, igualmente, bastante referidos: “Fundamental Principles of Democracy: Bases of Agreement and Disagreement”, de James Prothro e Charles Grigg (1960), e “Consensus and Ideology in American Politics”, de Herbert McClosky (1964). Para uma crítica específica a esses dois trabalhos, ver “Elites, Participation, and the Democratic Creed”, de Joseph Femia (1977). Para uma refutação da idéia de que a democracia se beneficiaria de uma baixa participação, ver Duncan e Lukes (1963) e Finley (1988).

43. Para uma visão mais detalhada das idéias de Lipset, ver *Political Man* (1960), no qual estão reunidas e ampliadas as reflexões contidas em seus principais trabalhos anteriores.
44. Foi essa visão pluralista das elites que orientou Seymour Lipset e Aldo Solari na organização de *Elites in Latin America*. Partindo da perspectiva paretiana das elites enquanto aqueles que ocupam posições superiores nas diversas estruturas, esferas e atividades sociais, foram reunidos artigos sobre grupos urbanos em geral, sobre elites industriais, políticas, militares, religiosas, culturais, operárias e camponesas, assim como sobre a formação de elites através do ensino secundário e universitário (Lipset e Solari, 1967).
45. A igualdade de oportunidades não implicaria, necessariamente, uma negação das desigualdades sociais. Diz a autora:

“A proliferação das elites estratégicas, portanto, caminha de mãos dadas com a continuação, quando não a expansão, da igualdade de oportunidades, principalmente porque os critérios de recrutamento e seleção enfatizam a conquista pessoal e não a transmissão hereditária de posições sociais. As desigualdades, entretanto, entre os homens continuam como sempre têm continuado — não são eliminadas pelo fato de se terem alterado as normas de recrutamento e seleção de elites estratégicas” (Keller, 1963, p. 269).

46. É interessante observar que, até fins da década de 1950, e mesmo no início da de 1960, era principalmente David Riesman, e não Robert Dahl, que era identificado como o principal representante da posição pluralista e da crítica a Wright Mills (cf., por exemplo, Kornhauser, 1962, p. 252; Sartori, 1965, p. 131; e Meisel, 1962, p. viii).

47. Para um esboço de uma teoria do poder em comunidades, a partir de uma perspectiva pluralista, ver Polsby (1974).

48. Em *Um Prefácio à Teoria Democrática*, de 1956, Dahl define a democracia, de maneira bastante geral, como um sistema no qual os cidadãos comuns exerceriam um grau relativamente alto de controle sobre seus líderes (Dahl, 1977, p. 11). Nesse sentido, a eleição tornava-se uma técnica básica, fundamental, para que os líderes se mostrassem relativamente responsáveis. Outra condição *sine qua non* para a democracia, a poliarquia, que a distinguiria de uma ditadura, seria a existência de uma contínua competição política. Haveria, contudo, que se atentar para o fato de que

“Eleições e competição política não significam governos de maiorias e em qualquer maneira significativa, mas aumentam imensamente o tamanho, número e variedade das minorias, cujas preferências têm que ser levadas em conta pelos líderes quando fazem opções de política” (*idem*, p. 131).

Mais adiante, Dahl afirma:

“Contudo, se há algo a ser dito pelos processos que efetivamente distinguem ou diferenciam democracia (ou poliarquia) de ditadura, ele não será descoberto na nítida distinção entre governo pela maioria e governo por uma minoria. A distinção aproxima-se muito mais de ser entre governo por uma minoria e governo por *minorias*” (*idem*, p. 132).

49. A noção de que as elites seriam livres, conscientes, agiriam de forma racional, definiriam seu próprio destino, por contraste ao homem comum, à massa, que teria uma existência meramente rotineira, que seria sujeita a um destino que não escolheria, constrangida pelas determinações da vida, parece ser bastante recorrente e disseminada. Dessa perspectiva, por exemplo, é que a política seria encarada como terreno, por excelência, da liberdade, do cálculo, da ação racional. No caso específico da teoria das elites, ela constituiria o cerne mesmo de toda a discussão, costurando-a de suas origens aos dias de hoje, e permeando, mesmo sendo diversas as explicações, todo o espectro de posições em jogo, desde, para citar duas opostas, as monistas às pluralistas. Assim, em uma das passagens iniciais de *A Elite do Poder*, Charles Wright Mills afirma:

“A capacidade dos homens comuns é circunscrita pelo mundo do dia-a-dia em que vivem, e mesmo nesses círculos de emprego, família e vizinhança freqüentemente parecem impelidos por forças que não podem compreender nem governar. As ‘grandes modificações’ estão além do seu controle, mas nem por isso lhes afetam menos a conduta e a perspectiva. [...]”

Mas nem todos os homens são comuns, nesse sentido. Sendo os meios de informação e de poder centralizados, alguns deles chegam a ocupar na sociedade americana posições das quais podem olhar, por assim dizer, para baixo, para o mundo do dia-a-dia dos homens e mulheres comuns, suscetível de ser profundamente atingido pelas decisões que tomam. Não são produtos de seus empregos — criam e eliminam empregos para milhares de outros; não estão limitados por simples responsabilidades de família — podem escapar delas. Vivem em hotéis e casas, mas não estão presos a nenhuma comunidade. Não precisam apenas ‘atender as exigências da hora e do momento’, pois em parte criam essas exigências, e levam os outros a atendê-las” (Mills, 1962, pp. 13-4).

Robert Dahl, por seu lado, como já vimos, diferencia um estrato político, minoritário, com escolhas e estratégias calculadas, racionais, coerentes e consistentes, de um apolítico, majoritário, marcado por ações rotineiras, habituais, inerciais, regidas não pelo cálculo

racional, mas por impulsos, emoções, lealdades e vínculos pessoais (Dahl, 1964, pp. 90-1). Seria essa mesma, aliás, a razão principal por que, da perspectiva elitista democrática, a idéia de soberania popular deveria ser vista com reserva. Afinal, como argumenta Dahl em *Um Prefácio à Teoria Democrática* — retomando um ponto anteriormente ressaltado por Michels —, com suas orientações desconexas e emocionais, a maioria poderia terminar por tomar medidas que representariam a destruição do próprio sistema democrático, o que requereria, para a sobrevivência deste, a necessidade de algum mecanismo de veto a minoria (Dahl, 1977, p. 57).

50. Essa questão esteve presente em, pelo menos, mais dois livros de Aron: *La Lutte de Classes* e *Les Désillusions du Progrès*. Em ambos, Aron aborda a divisão ou a unidade da elite, ou das categorias dirigentes, como critério fundamental para a diferenciação das sociedades industriais capitalistas democráticas, por um lado, e socialistas, soviética ou chinesa, por outro (Aron, 1964, *passim*; 1969, pp. 53-5).
51. Ver também, para uma refutação da tese pluralista com base em uma pesquisa empírica, o livro *Men at the Top*, de Robert Prethuis (1964).
52. Ver também, nessa mesma linha, Bachrach (1962), no qual o autor critica a tese de que a garantia da democracia estaria não na participação da massa, mas no consenso entre as elites.
53. É por atentarem para o exercício do poder, em vez de suas fontes, que, segundo Bachrach e Baratz, autores como Dahl puderam traçar um quadro pluralista das comunidades americanas, negando a existência de uma elite unificada. Tratar-se-ia, para eles, de uma perspectiva enviesada que trabalharia com os *issues*, mas esqueceria dos valores que lhes davam significado (Bachrach e Baratz, 1962, p. 950).
54. Também crítico do elitismo democrático, o inglês T. B. Bottomore encerra o seu *As Elites e a Sociedade* com o seguinte parágrafo:

“Os teóricos das elites defendem, por esses diversos meios, o legado das sociedades não-igualitárias do passado, embora fazendo concessões ao espírito igualitário. Insistem enormemente na distinção absoluta entre dirigentes e dirigidos, apresentada como uma lei científica, mas conciliam a democracia com esse estado de coisas, definindo-a como uma competição entre elites. Aceitam e justificam a divisão da sociedade em classes, mas procuram tornar essa divisão mais aceitável, descrevendo as classes superiores como elites e sugerindo serem as elites compostas dos indivíduos mais capazes, independente de suas origens sociais. Sua causa depende, em grande parte, da substituição da idéia de igualdade pela de igualdade de oportunidades. Porém, esta última noção, além de possuir um significado moral bem diferente, é na verdade autocontraditória. Igualdade de oportunidades, no sentido em que é em geral utilizada a expressão, pressupõe desigualdade, visto que ‘oportunidade’ quer dizer ‘a oportunidade de ascender a um nível mais alto numa sociedade estratificada’. Ao mesmo tempo, pressupõe igualdade, pois implica que as desigualdades engastadas nessa sociedade estratificada precisam ser neutralizadas em cada geração a fim de os indivíduos poderem realmente desenvolver suas aptidões pessoais; e toda investigação acerca das condições de igualdade de oportunidade, por exemplo na esfera da educação, tem mostrado quão forte e generalizada é a influência sobre as oportunidades de vida das enraizadas distinções de classe social. A igualdade de oportunidades só se concretizaria numa sociedade sem classes ou elites, e, então, essa noção seria, ela mesma, sem sentido, pois as oportunidades de vida equivalentes dos indivíduos em cada nova geração seria um fato positivado, e a idéia de oportunidade significaria não o esforço para ascender a uma classe social superior, mas a possibilidade de cada indivíduo desenvolver plenamente aquelas qualidades de intelecto e sensibilidade que possui como pessoa, numa associação sem peias com outros homens” (Bottomore, 1965, p. 135).

55. Os ingleses Graeme Duncan e Steven Lukes seguem por uma via próxima em sua crítica ao elitismo democrático:

“The theorists of the new democracy, however, are less concerned to make the competitive ‘democratic system’ more democratic in the traditional sense than to justify it as an efficient and stable system, depending on compromise, ‘pluralism’, and a general background of apathy and political incompetence. In fact, their theory, which is intended to explain the ‘democratic system’, becomes in the end the new normative theory of democracy” (Duncan e Lukes, 1963, pp. 168-9).

56. O historiador Moses Finley centra também sua crítica ao elitismo democrático nesse ponto. Ele abandonaria as metas e os ideais democráticos em proveito da eficiência, relegando a participação a segundo plano, ou vendo-a mesmo como um elemento altamente deletério. Para Finley, o elitismo democrático seria uma perspectiva conservadora, legitimadora de um *statu quo* (Finley, 1988, pp. 11-25).

Bibliografia

Albertoni, Ettore A.

1989 “Prefazione”, in E. A. Albertoni (org.), *Elitismo e Democrazia nella Cultura Politica del Nord-America (Stati Uniti — Canada — Messico)*. Milano, Giuffrè Editore, pp. ix-lxii (Archivio Internazionale Gaetano Mosca per lo Studio della Classe Politica, Serie Italiana, v. V, t. I).

1989a “Alle Origini della Conoscenza Critica dell’Elitismo dei Classici Italiani Negli USA: Arthur Livinston e James H. Meisel”, in E. A. Albertoni e G.G. Conti (orgs.), *Elitismo e Democrazia nella Cultura Politica del Nord-America (Stati Uniti — Canada — Messico)*. Milano, Giuffrè Editore, pp. ix-xxxv (Archivio Internazionale Gaetano Mosca per lo Studio della Classe Politica, Serie Italiana, v. V, t. II).

1990 *Doutrina da Classe Política e Teoria das Elites*. Rio de Janeiro, Imago.

Alford, Robert R. e Friedland, Roger

1985 *Powers of Theory. Capitalism, the State, and Democracy*. Cambridge, Cambridge University Press.

Aron, Raymond

1950 “Social Structure and the Ruling Class — I”. *The British Journal of Sociology*, vol. 1, n.º 1, pp. 1-16.

1964 *La Lutte de Classes. Nouvelles Leçons sur les Sociétés Industrielles*. Paris, Gallimard.

1965 “Catégories Dirigeantes ou Classe Dirigeante?”. *Revue Française de Science Politique*, vol. 15, n.º 1, pp. 7-27.

1969 *Les Désillusions du Progrès. Essai sur la Dialectique de la Modernité*. Paris, Calmann-Lévy.

Bachrach, Peter

1962 “Elite Consensus and Democracy”. *The Journal of Politics*, vol. 24, n.º 3, pp. 439-52.

s/d *The Theory of Democratic Elitism. A Critique* (4.ª ed.). Boston, Little, Brown and Company.

- Bachrach, Peter e Baratz, Morton S.
 1962 "Two Faces of Power". *The American Political Science Review*, vol. LVI, n.º 4, pp. 947-52.
- Barber, Bernard
 1970 "Introduction", in L. J. Henderson (ed.), *On the Social System. Selected Writings*. Chicago, The University of Chicago Press, pp. 1-53.
- Bell, Daniel (ed.)
 1964 *The Radical Right*. New York, Doubleday & Company, Inc.
- Berle, Adolf A. e Means, Gardiner C.
 1957 *A Propriedade Privada na Economia Moderna*. Rio de Janeiro, Ipanema.
- Bidiss, Michael D.
 1977 *The Age of the Masses*. Harmondsworth, Penguin.
- Blum, Léon
 1947 "Préface", in J. Burnham, *L'Ère des Organismes*. Paris, Calmann-Lévy, pp. ix-xxi.
- Bobbio, Norberto
 1991 *Teoria das Elites*, in N. Matteucci e G. Pasquino, *Dicionário de Política* (3.ª ed.). Brasília, Editora Universidade de Brasília/Linha Gráfica Editora, pp. 385-91, vol. 1.
- Bogardus, Emory S.
 1942 *The Development of Social Thought*. New York, Longmans, Green and Co.
- Bottomore, T. B.
 1965 *As Elites e a Sociedade*. Rio de Janeiro, Zahar.
- Bujarin, Nicolai
 1972 *Teoría del Materialismo Histórico. Ensayo Popular de Sociología Marxista*. Córdoba, Ediciones Pasado y Presente (*Cuadernos Pasado y Presente*, n.º 31).
- Burnham, James
 1943 *The Machiavellians. Defender of Freedom*. New York, The John Day Company.
 1947 "Avant-Propos", in *L'Ère des Organismes*. Paris, Calmann-Lévy, pp. xxiii-xxiv.
 s/d *The Managerial Revolution. What Is Happening to the World* (15.ª ed.). New York, The John Day Company.
- Busino, Giovanni
 1966 "Introduction", in V. Pareto, *Mythes et Idéologies*. Genève, Librairie Droz, pp. 7-62 (*Oeuvres Complètes de Vilfredo Pareto*, VI).
- Coser, Lewis A.
 1971 *Masters of Sociological Thought. Ideas in Historical and Social Context*. New York, Harcourt Brace Jovanovich.
- Dahl, Robert A.
 1958 "A Critique of the Ruling Elite Model". *The American Political Science Review*, vol. 52, n.º 2, pp. 463-9.
 1964 *Who Governs? Democracy and Power in an American City* (5.ª ed.). New Haven, Yale University Press.
 1966 "Further Reflections on 'The Elitist Theory of Democracy'". *The American Political Science Review*, vol. 60, n.º 2, pp. 296-305.

- 1977 *Um Prefácio à Teoria Democrática*. Rio de Janeiro, Zahar.
- 1989 *Democracy and its Critics*. New Haven, Yale University Press.
- Dahrendorf, Ralf
1982 *As Classes e seus Conflitos na Sociedade Industrial*. Brasília, Editora da Universidade de Brasília.
- Deutcher, Isaac
1984 *Trotsky — O Profeta Banido* (2.^a ed.). Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- Diesing, Paul
1982 *Science and Ideology in the Policy Sciences*. New York, Aldine Publishing Company.
- Duncan, Graeme e Lukes, Steven
1963 "The New Democracy". *Political Studies*, vol. 11, n.º 2, pp. 156-77.
- Duverger, Maurice
1970 *Os Partidos Políticos*. Rio de Janeiro, Zahar.
- Easton, David
1965 *The Political System. An Inquiry into the State of Political Science* (6.^a ed.). New York, Alfred A. Knopf.
- Femia, Joseph V.
1977 "Elites, Participation, and the Democratic Creed". *Political Studies*, vol. 27, n.º 1, pp. 1-20.
- Finer, S. E.
1966 "Introduction", in V. Pareto, *Sociological Writings*. New York, Frederick A. Praeger, pp. 3-91.
- Finley, Moses I.
1988 *Democracia Antiga e Moderna*. Rio de Janeiro, Graal.
- Francis, Samuel
1984 *Power and History; the Political Thought of James Burnham*. New York, University Press of America.
- Galbraith, John Kenneth
1952 *American Capitalism. The Concept of Countervailing Power*. Cambridge, The Riverside Press.
- Gerth, Hans H. e Mills, C. Wright
1942 "A Marx for the Managers". *Ethics*, vol. LII, n.º 2, pp. 200-15.
- Giddens, Anthony
1975 *A Estrutura de Classes nas Sociedades Avançadas*. Rio de Janeiro, Zahar.
- Gramsci, Antônio
1968 *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- Hassner, Pierre
1965 "A la Recherche de la Classe Dirigeante: Le Débat dans l'Histoire des Doctrines". *Revue Française de Science Politique*, vol. XV, n.º 1, pp. 41-66.
- Heyl, Barbara S.
1968 "The Harvard 'Pareto Circle'". *Journal of the History of the Behavioral Sciences*, vol. 4, n.º 4, pp. 316-34.

- Hirschman, Albert O.
 1992 *A Retórica da Intransigência. Perversidade, Futilidade, Ameaça.* São Paulo, Companhia das Letras.
- Hobsbawm, Eric J.
 1977 *A Era das Revoluções: Europa 1789-1848.* Rio de Janeiro, Paz e Terra.
 1977a *A Era do Capital.* Rio de Janeiro, Paz e Terra.
 1988 *A Era dos Impérios.* Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- Homans, George C.
 1962 "Autobiographical Introduction", in *Sentiments and Activities. Essays in Social Science.* New York, The Free Press, pp. 1-49.
- Hughes, H. Stuart
 1958 *Consciousness and Society. The Reorientation of European Social Thought, 1890-1930.* New York, Alfred A. Knopf.
 1965 "Gaetano Mosca and the Political Lessons of History", in J. H. Meisel (ed.), *Pareto & Mosca.* New Jersey, Prentice Hall, pp. 141-60.
- Hunter, Floyd
 1963 *Community Power Structure. A Study of Decision Makers.* New York, Anchor Books.
- Izzo, Alberto
 1964 "La Sociologia Italiana nelle Storie della Sociologia Nord-Americane". *Il Mulino*, vol. 4, n.º 138, pp. 466-73.
- Jones, W. H. Morris
 1954 "In Defense of Apathy: Some Doubts on the Duty to Vote". *Political Studies*, vol. 2, n.º 1, pp. 25-37.
- Kaplan, Abraham e Lasswell, Harold D.
 1979 *Poder e Sociedade.* Brasília, Editora da Universidade de Brasília.
- Keller, Suzanne
 1963 *O Destino das Elites.* Rio de Janeiro, Forense.
- Kolegar, Ferdinand
 1967 "The Elite and the Ruling Class: Pareto and Mosca Re-Examined". *The Review of Politics*, vol. 29, n.º 3, pp. 354-69.
- Kornhauser, William
 1960 *The Politics of Mass Society.* London, Routledge and Kegan Paul.
 1962 "'Power Elite' or 'Veto Groups?'" in S. M. Lipset e L. Lowenthal (eds.), *Culture and Social Character. The Work of David Riesman Reviewed (2.ª ed.).* New York, The Free Press, pp. 252-67.
- Lasswell, Harold D.
 1950 *World Politics and Personal Insecurity, in A Study of Power.* Glencoe, The Free Press.
 1951 *Politics. Who Gets What, When, How, in The Political Writings of Harold D. Lasswell.* Glencoe, The Free Press.
 1960 *Psychopathology and Politics.* New York, The Viking Press.
 1961 "Agenda for the Study of Political Elites", in D. Marvick (ed.), *Political Decision-Makers.* Glencoe, The Free Press, pp. 264-87.

- 1962 *Power and Personality*. New York, The Viking Press.
- 1967 "Introdução: O Estudo das Elites Políticas", in H. D. Lasswell e D. Lerner (orgs.), *As Elites Revolucionárias*. Rio de Janeiro, Zahar, pp. 13-40.
- Lasswell, Harold D. e Lerner, Daniel
- 1967 "Prefácio", in H. D. Lasswell e D. Lerner (orgs.), *As Elites Revolucionárias*. Rio de Janeiro, Zahar, pp. 9-11.
- Lasswell, Harold D., Lerner, Daniel e Rothwell, Easton
- 1961 "The Elite Concept", in R. C. Macridis e B. E. Brown (eds.), *Comparative Politics. Notes and Readings*. Homewood, The Dorsey Press, pp. 59-66.
- Leach, Edmund e Mukherjee, S. N.
- 1970 "Editor's Introduction", in E. Leach e S. N. Mukherjee (eds.), *Elites in South Asia*. Cambridge, Cambridge University Press, pp. ix-xiv.
- Le Bon, Gustave
- 1922 *Psychologia das Multidões*. Rio de Janeiro, Livraria Garnier.
- Lenin, V. I.
- 1978 "El Estado y la Revolución", in *Obras Escogidas*. Moscú, Editorial Progreso, t. 2, pp. 289-387.
- 1978a *Que Fazer?* São Paulo, Hucitec.
- 1979 "La Enfermedad Infantil del 'Izquierdismo' en el Comunismo", in *Obras Escogidas*. Moscú, Editorial Progreso, t. 3, pp. 349-434.
- Lippmann, Walter
- 1946 *The Good Society*. Boston, Little, Brown and Company.
- 1955 *Essays in the Public Philosophy*. Boston, Little, Brown and Company.
- Lipset, Seymour M.
- 1960 *Political Man. The Social Bases of Politics*. New York, Doubleday.
- 1968 "Introduction", in R. Michels, *Political Parties* (2.^a ed.). New York, The Free Press, pp. 15-39.
- Lipset, Seymour M. e Solari, Aldo
- 1967 *Elites in Latin America*. New York, Oxford University Press.
- Lukacs, Georg
- 1958 *La Destruction de la Raison. Les Débuts de l'Irrationalisme Moderne, de Schelling à Nietzsche*. Paris, L'Arche Éditeur, t. 1.
- 1959 *La Destruction de la Raison. L'Irrationalisme Moderne, de Dilthey à Toynbee*. Paris, L'Arche Éditeur, t. 2.
- Mannheim, Karl
- 1957 "La Democratización de la Cultura", in *Ensayos de Sociología de la Cultura*. Madrid, Aguilar, pp. 243-340.
- 1972 *Liberdade, Poder e Planificação Econômica*. São Paulo, Mestre Jou.
- Marcus, George E.
- 1983 "Introduction", in G. E. Marcus (ed.), *Elites: Ethnographic Issues*. Albuquerque, University of New Mexico Press, pp. 3-57.

- Marvick, Dwayne
 1961 "Political Decision-Makers in Contrasting Milieus", in D. Marvick (ed.), *Political Decision-Makers*. Glencoe, The Free Press, pp. 13-28.
- Marx, Fritz M.
 1939 "The Bureaucratic State — Some Remarks on Moscas's *Ruling Class*". *The Review of Politics*, vol. 1, n.º 4, pp. 457-72.
- Mayer, Arno J.
 1987 *A Força da Tradição. A Persistência do Antigo Regime*. São Paulo, Companhia das Letras.
- Mcclosky, Herbert
 1964 "Consensus and Ideology in American Politics". *The American Political Science Review*, vol. 58, n.º 2, pp. 361-82.
- Meisel, James H.
 1962 *The Myth of the Ruling Class: Gaetano Mosca and the Elite*. Ann Arbor, The University of Michigan Press.
 1965 *Pareto & Mosca*. New Jersey, Prentice Hall.
- Merelman, Richard M.
 1968 "On the Neo-Elitist Critique of Community Power". *The American Political Science Review*, vol. 62, n.º 2, pp. 451-60.
- Michels, Robert
 1982 *Sociologia dos Partidos Políticos*. Brasília, Editora da Universidade de Brasília.
- Milbrath, Lester W.
 1966 *Political Participation. How and Why Do People Get Involved in Politics?* (2.ª ed.). Chicago, Rand McNally & Company.
- Miliband, Ralph
 1970 "The Capitalist State: Reply to Nicos Poulantzas". *New Left Review*, n.º 59, pp. 53-60.
 1982 *O Estado na Sociedade Capitalista* (2.ª ed.). Rio de Janeiro, Zahar.
- Millikan, Max
 1936 "Pareto's Sociology". *Econometrica*, vol. 4, n.º 4, pp. 324-37.
- Mills, Charles Wright
 1962 *A Elite do Poder*. Rio de Janeiro, Zahar.
- Mosca, Gaetano
 s/d *The Ruling Class. Elementi di Scienza Politica*. New York, McGraw-Hill.
- Ortega Y Gasset, José
 1959 *A Rebelião das Massas*. Rio de Janeiro, Livro Ibero-Americano.
- Pareto, Vilfredo.
 1933 *Traité de Sociologie Générale*. Paris, Payot, 2 vols.
- Parry, Geraint.
 1969 *Political Elites*. New York, Frederick A. Praeger.
- Pollak, Michael
 1986 "Max Weber en France. L'Itinéraire d'une O'uvre". *Cahiers de L'Institut D'Histoire du Temps Present*, vol. 3.

- Polsby, Nelson
1974 *Community Power & Political Theory* (11.^a ed.). New Haven, Yale University Press.
- Poulantzas, Nicos
1969 "The Problem of the Capitalist State". *New Left Review*, n.º 58, pp. 67-78.
1977 *Poder Político e Classes Sociais*. São Paulo, Martins Fontes.
- Presthus, Robert
1964 *Men at the Top. A Study in Community Power*. New York, Oxford University Press.
- Prothro, James W. e Grigg, Charles M.
1960 "Fundamental Principles of Democracy: Bases of Agreement and Disagreement".
The Journal of Politics, vol. 22, n.º 2, pp. 276-94.
- Riesman, David, Glazer, Nathan e Denney, Reuel.
1971 *A Multidão Solitária. Um Estudo da Mudança do Caráter Americano*. São Paulo, Perspectiva.
- Runciman, W. G.
1969 *Social Science and Political Theory* (2.^a ed.). Cambridge, Cambridge University Press.
- Russet, Cinthya E.
1966 *The Concept of Equilibrium in American Social Thought*. New Haven, Yale University Press.
- Sartori, Giovanni
1965 *Teoria Democrática*. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura.
- Schneider, Eugene V.
1963 "C. Wright Mills and the American Left". *Monthly Review*, vol. 14, n.º 10, pp. 553-62.
- Schumpeter, Joseph A.
1961 *Capitalismo, Socialismo e Democracia*. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura.
- Sereno, Renzo
1938 "The Anti-Aristotelianism of Gaetano Mosca and its Fate". *Ethics*, vol. 48, n.º 4, pp. 509-18.
1962 *The Rulers*. New York, Frederick A. Praeger.
- Sorokin, Pitirim
1951 *Teorías Sociológicas Contemporáneas*. Buenos Aires, Editorial Depalma.
- Spitz, David
1949 *Patterns of Anti-Democratic Thought*. New York, The Macmillan Company.
- Sweezy, Paul M.
1969 "Power Elite or Ruling Class?", in G. W. Domhoff e H. Ballard B. (eds.), *C. Wright Mills and the Power Elite*. Boston, Beacon Press, pp. 115-32.
- Trotsky, Leon
s/d *Em Defesa do Marxismo*. s/l, Proposta Editorial.
- Truman, David B.
1959 "The American System in Crisis". *Political Science Quarterly*, vol. 74, n.º 4, pp. 481-97.

- 1963 *The Governmental Process. Political Interest and Public Opinion* (9.^a ed.). New York, Alfred A. Knopf.
- Veblen, Thorstein
 1954 *The Engineers and the Price System* (10.^a ed.). New York, The Viking Press.
 1965 *A Teoria da Classe Ociosa. Um Estudo Econômico das Instituições*. São Paulo, Pioneira.
- Walker, Jack L.
 1966 "A Critique of the Elitist Theory of Democracy". *The American Political Science Review*, vol. 60, n.º 2, pp. 285-95.
- Williams, Raymond
 1981 "Elite", in *Keywords. A Vocabulary of Culture and Society* (8.^a ed.). Glasgow, Fontana, pp. 96-8.
- Wolfinger, Raymond E.
 1971 "Nondecisions and the Study of Local Politics". *The American Political Science Review*, vol. 65, n.º 4, pp. 1063-80.

Resumo

A Teoria das Elites e sua Genealogia Consagrada

Este trabalho tem por objetivo retrair a genealogia de autores e textos associados à chamada teoria das elites. Partindo dos pais-fundadores, percorre-se a seqüência consagrada de formuladores do elitismo, com suas respectivas teses, suas proximidades e oposições, suas principais influências e seus comentadores. Assim, ao lado de nomes mais comumente vinculados à discussão sobre elites, como Mosca, Pareto, Michels, Burnham, Schumpeter, Lasswell, Wright, Mills, Dahl, Aron, Mannheim, Ortega y Gasset, Keller e Bachrach, aparecem outros como Le Bon, Veblen, Lippmann, Sweezy, Lipset e Bobbio.

Abstract

Elite Theory and its Consecrated Genealogy

Retracting the genealogy of authors and texts in the area of elite theory, the article accompanies the consecrated sequence of formulators of this theory, starting with its founding fathers. It examines their theses, common ground and points of difference, main influences, and commentators. In addition to the area's most often cited names — such as Mosca, Pareto, Michels, Burnham, Schumpeter, Lasswell, Wright, Mills, Dahl, Aron, Mannheim, Ortega y Gasset, Keller, and Bachrach — the article also looks at authors like Le Bon, Veblen, Lippmann, Sweezy, Lipset, and Bobbio.